



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - PRPGP
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - MPEDU

LINDALVA JÉSSYKA DE OLIVEIRA ANDRADE

FUNÇÃO SEXUAL E QUALIDADE DE VIDA SEXUAL DE PROFESSORAS
UNIVERSITÁRIAS

CRATO - CE

2025

LINDALVA JÉSSYKA DE OLIVEIRA ANDRADE

**FUNÇÃO SEXUAL E QUALIDADE DE VIDA SEXUAL DE PROFESSORAS
UNIVERSITÁRIAS**

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Regional do Cariri-URCA, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Formação de professores

Linha de Pesquisa: Práticas educativas, culturas e diversidades

Sublinha: Gênero, sexualidades e diferenças nos processos educativos

Orientador: Dr. Glauberto da Silva Quirino

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

Andrade, Lindalva Jéssyka De Oliveira

A554f Função sexual e qualidade de vida sexual de professoras universitárias /
Lindalva Jéssyka De Oliveira Andrade. Crato-CE, 2025.
94p.

Dissertação. Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do
Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof. Dr. Glauberto da Silva Quirino

1.Função Sexual, 2.Qualidade de vida Sexual, 3.Sexualidade Feminina,
4.Professoras universitárias; I.Título.

CDD: 370.7

LINDALVA JÉSSYKA DE OLIVEIRA ANDRADE

**FUNÇÃO SEXUAL E QUALIDADE DE VIDA SEXUAL DE PROFESSORAS
UNIVERSITÁRIAS**

Dissertação submetida ao Mestrado Profissional em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Regional do Cariri-URCA, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 26/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **GLAUBERTO DA SILVA QUIRINO**
Data: 05/04/2025 12:17:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Glauberto da Silva Quirino
Orientador
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Documento assinado digitalmente
 **LEDA MENDES PINHEIRO GIMBO**
Data: 08/04/2025 09:07:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Leda Mendes Pinheiro Gimbo
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Documento assinado digitalmente
 **IARA MARIA DE ARAÚJO**
Data: 09/04/2025 16:00:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Iara Maria de Araújo
Universidade Regional do Cariri (URCA)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à educação por tudo que proporcionou e proporciona na minha vida. Desde muito cedo, foi a educação que me encantou como um mundo de possibilidades e como um caminho para transformação.

Ser a primeira pessoa com mestrado em minha família, e a primeira a ser professora universitária, mostra que o caminho foi trilhado por muitas e muitos para que eu esteja aqui hoje.

Por isso, agradeço à minha mãe, Lindacy Oliveira, por me ensinar a sonhar e impulsionar meu voo, e à minha irmã Aline Oliveira pelo amor de irmã: o laço de nós três juntas é essencial para mim.

Além disso, as transformações que a educação me possibilitou envolvem também todas as descobertas sobre o meu próprio corpo, a minha própria sexualidade, a minha própria forma de ver o mundo. Assumo aqui o compromisso de contribuir com a educação e com os estudos de gênero e sexualidade da melhor forma possível, reconhecendo o papel dessa teoria viva na minha própria formação.

Agradeço à Rebeca Mariá, Hermógenes Siqueira, Clara Oliveira, Sabrina Rodrigues e Laís Angelim, por me ensinarem que posso ser aceita e acolhida incondicionalmente.

Agradeço à Juliana Freitas, por me ensinar que quando o mundo nos apresenta algo tão óbvio, não devemos ignorar: a sorte do encontro e do amor é preciosa.

Agradeço à Lorena Lima, Ana Maria Siebra, Rômulo César, Davi Siebra, Gabriel Leão, Elvis Nazário e Jonatan Augusto, por me ensinarem a manter o encantamento e o brilho nos olhos no caminhar da vida.

Agradeço ao meu pai, minhas avós e toda a minha família pelo apoio. E todos os amigos e pessoas queridas que fazem parte dessa trajetória. Agradeço ao universo, com toda a minha fé.

Agradeço ao meu orientador Glauberto Quirino por me acompanhar com tanto suporte e confiança em todas as etapas da pesquisa. Aprendo imensamente ao seu lado!

Aos meus colegas de mestrado que tornaram a caminhada mais leve e repleta de afetos, onde pudemos compartilhar os anseios cotidianos, mas especialmente as alegrias. À professora Iara Araújo e a disciplina de Gênero e Diversidade, que marcou a minha trajetória do mestrado e estará sempre em minha memória com muito carinho.

Agradeço às professoras que se disponibilizaram a participar deste estudo.

Agradeço à arte, à Psicologia e aos meus processos terapêuticos por tornar possível olhar para mim com mais cuidado e carinho. Também foi aqui que senti, nomeei e compreendi que sexualidade é muito além de um mundo de tabus, vergonhas e culpas – é possível que o corpo seja uma festa que abriga prazeres e descobertas.

Agradeço aos que confiam seus processos terapêuticos e de aprendizagem a mim. Ser psicoterapeuta e docente é ser corpo refúgio que acompanha e restaura histórias.

Que possamos seguir construindo um mundo em que mais mulheres descubram a potência de si. Que possamos encontrar umas às outras e espaços seguros para ecoar nossas vozes e desejos.

Eu não sou livre enquanto alguma mulher não o for, mesmo quando as correntes dela forem muito diferentes das minhas
(Audre Lorde)

A Igreja diz: O corpo é uma culpa. A ciência diz: O corpo é uma máquina. A publicidade diz: O corpo é um negócio. O corpo diz: Eu sou uma festa.
(Eduardo Galeano)

RESUMO

Compreendendo a sexualidade como um fenômeno que abrange aspectos biológicos, psicológicos, históricos, sociais e culturais, em interligação com gênero, raça, classe e religião, é notório que a sexualidade feminina e os corpos das mulheres são atravessados por relações de poder, controle, moralidade e violências ao longo da história. Além disso, a educação tem um importante papel no campo da sexualidade, tendo potencial de contribuir para um desenvolvimento mais saudável desta, com respeito, responsabilidade, conscientização e liberdade. Também a nível educacional, nota-se que as mulheres na docência vivenciam de perto a vigilância em torno de seus corpos e sexualidade, o que envolve tabus e introjetos do sexismo, sendo poucos os estudos e preocupações voltadas para a sua saúde e qualidade de vida, especialmente a sexual, por isso, função sexual e qualidade de vida sexual são conceitos significativos nessa discussão. Diante disso, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar a função sexual e a qualidade de vida sexual de professoras universitárias. Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa, que foi desenvolvido na Universidade Regional do Cariri (URCA), no campus Pimenta, do município de Crato - Ceará, com 45 professoras da instituição. Foram utilizados três formulários online para coleta de dados: um com variáveis sociodemográficas, bem como o instrumento Quociente Sexual - Versão Feminina (QS-F) e o *Questionnaire on Sexual Quality of Life – Female*; a pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa através do parecer 6.840.908. Os resultados revelaram que, desde a caracterização sociodemográfica, a universidade reflete questões sociais, assim, discute-se a história das mulheres no ensino superior no Brasil, considerando aspectos como gênero, raça, classe, orientação sexual e religião. Além disso, as professoras universitárias apresentam uma experiência sexual variada, mas predominantemente positiva, visto que 75,56% obtiveram um escore de função sexual classificado como regular a bom, e 91,11% obtiveram escores indicativos de boa qualidade de vida sexual. As preliminares e a sintonia com a parceria foram destacadas como importantes para o prazer, entretanto, embora muitas mulheres se envolvam com o desejo e a satisfação sexual, fatores biológicos, psicológicos e sociais influenciam a conexão com a vivência plena da sexualidade, uma vez que muitas das participantes experienciam frustrações, ansiedades, culpas e vergonhas. A educação sexual emergiu como uma ferramenta essencial para desconstruir preconceitos que se interligam com as normas e crenças sexistas de uma sociedade, de modo a promover então a emancipação, permitindo práticas saudáveis e reflexivas sobre sexualidade, liberdade e responsabilidade, contemplando apoio emocional e psicosssexual para a vivência das mulheres com o próprio corpo e suas relações, tendo isso em vista, foi elaborado o produto educacional em formato de guia pedagógico: “Educação sexual para mulheres: reescrevendo histórias sobre os nossos corpos”, que almeja contribuir para o campo teórico e prático da saúde e educação.

Palavras-chave: Função sexual; qualidade de vida sexual; professoras universitárias; sexualidade feminina.

ABSTRACT

Understanding sexuality as a phenomenon that encompasses biological, psychological, historical, social and cultural aspects, in connection with gender, race, class and religion, it is clear that female sexuality and women's bodies have been affected by relations of power, control, morality and violence throughout history. Furthermore, education plays an important role in the field of sexuality, with the potential to contribute to its healthier development, with respect, responsibility, awareness and freedom. Also at the educational level, it is noted that women in teaching experience close surveillance around their bodies and sexuality, which involves taboos and internalized sexism, with few studies and concerns focused on their health and quality of life, especially sexual health. Therefore, sexual function and quality of sexual life are significant concepts in this discussion. In view of this, the present study had as its general objective to analyze the sexual function and quality of sexual life of female university professors. This is a cross-sectional study with a quantitative approach, which was developed at the Regional University of Cariri (URCA), on the Pimenta campus, in the city of Crato - Ceará, with 45 female professors from the institution. Three online forms were used for data collection: one with sociodemographic variables, as well as the Sexual Quotient - Female Version (QS-F) instrument and the Questionnaire on Sexual Quality of Life - Female; the research was approved by the Research Ethics Committee through opinion 6.840.908. The results revealed that, from the sociodemographic characterization, the university reflects social issues, thus, the history of women in higher education in Brazil is discussed, considering aspects such as gender, race, class, sexual orientation and religion. In addition, female professors have a varied but predominantly positive sexual experience, since 75.56% obtained a sexual function score classified as regular to good, and 91.11% obtained scores indicative of good sexual quality of life. Foreplay and harmony with the partner were highlighted as important for pleasure. However, although many women engage with sexual desire and satisfaction, biological, psychological and social factors influence the connection with the full experience of sexuality, since many of the participants experience frustrations, anxieties, guilt and shame. Sex education has emerged as an essential tool for deconstructing prejudices that are interconnected with the sexist norms and beliefs of a society, in order to promote emancipation, allowing healthy and reflective practices about sexuality, freedom and responsibility, contemplating emotional and psychosexual support for women's experience with their own bodies and their relationships. With this in mind, the educational product was developed in the form of a pedagogical guide: "Sex education for women: rewriting stories about our bodies", which aims to contribute to the theoretical and practical field of health and education.

Keywords: Sexual function; quality of sexual life; university professors. Female sexuality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características sociodemográficas das professoras universitárias.....	31
Tabela 2 - Características afetivo-sexuais das professoras universitárias.....	32
Tabela 3- Estatística descritiva dos dados de função sexual das professoras universitárias.....	35
Tabela 4 - Estatística descritiva dos dados de qualidade de vida sexual das professoras universitárias.....	41

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de resposta sexual feminina de Basson.....	15
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desejo de interesse sexual.....	34
Gráfico 2 – Preliminares.....	37
Gráfico 3 – Excitação pessoal e sintonia com a parceria.....	38
Gráfico 4 – Conforto.....	39
Gráfico 5 – Orgasmo e satisfação.....	40
Gráfico 6 – Qualidade geral da função sexual.....	41
Gráfico 7 – Satisfação sexual e relacional.....	42
Gráfico 8 – Sentimentos psicosssexuais.....	43
Gráfico 9 – Inutilidade própria.....	44
Gráfico 10 – Repressão sexual.....	45
Gráfico 11 – Escore e avaliação geral da qualidade de vida sexual.....	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVOS.....	17
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
3.1	Função sexual de mulheres.....	18
3.2	Qualidade de vida sexual das mulheres	23
3.3	Sexualidade, relações de gênero, dissidências e educação	26
3.3.1	Mulheres na docência e educação sexual	29
4	MÉTODO	32
4.1	Tipo e natureza do estudo	32
4.2	Local do estudo.....	32
4.3	População, amostra e amostragem	34
4.4	Instrumentos e procedimentos para coleta de dados	34
4.5	Organização, análise e apresentação dos dados.....	36
4.6	Aspectos éticos e legais da pesquisa.....	37
4.7	Produto educacional	37
5	RESULTADOS.....	39
5.1	Caracterização sociodemográfica e afetivo	39
	sexual das professoras universitárias	39
5.2	Função sexual das professoras universitárias	42
5.2.1	Desejo e interesse sexual	43
5.2.2	Preliminares	44
5.2.3	Excitação pessoal e sintonia com a parceria.....	45
5.2.4	Conforto.....	45
5.2.5	Orgasmo e satisfação	46
5.2.6	Desempenho e satisfação sexual.....	47

5.3 Qualidade de vida sexual de professoras universitárias	48
5.3.1 Satisfação sexual e relacional	49
5.3.2 Sentimentos Psicosexuais	50
5.3.3 Inutilidade própria	51
5.3.4 Repressão sexual	52
5.3.5 Avaliação geral da qualidade de vida sexual	53
6 DISCUSSÕES	54
6.1 Caracterização sociodemográfica e afetivo-sexual das professoras universitárias	54
6.2 Função sexual, qualidade de vida sexual das professoras universitárias e caminhos da pesquisa	62
7 CONCLUSÕES.....	71
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICE A.....	84
APÊNDICE B.....	85
ANEXO A	87
ANEXO B.....	88
ANEXO C.....	89
ANEXO D.....	93

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade humana engloba questões biológicas, psicológicas, históricas, sociais e culturais, logo, diz respeito aos papéis sexuais, orientação sexual, erotismo, prazer, envolvimento emocional, amor e reprodução, sendo vivenciada através do corpo em sua totalidade (Brasil, 2003). Assim, destaca-se que a sexualidade se interliga com aspectos como gênero, raça, classe e religião, sendo atravessada por relações de poder.

Le Breton (1953/2007), discutindo a sociologia do corpo, pontua que a corporeidade humana é um fenômeno social, cultural, simbólico e objeto de representações e imaginários. Ações da vida cotidiana envolve mediação da corporeidade, sendo o corpo o vetor pelo qual se constrói a relação com o mundo, produzindo sentidos de forma ativa e fundamentando a existência individual e coletiva.

Especificamente, como acentua Del Priore (2011), os corpos e a sexualidade feminina foram e são, historicamente, alvos de controle, moralidade e violências, impactando a saúde física, sexual e psicológica de muitas mulheres. É notório que muitos são os discursos sobre a sexualidade, que produzem “verdades”, inclusive a nível científico, e por vezes acabam por regular estes corpos, a partir de modelos cisheteronormativos e de repressão.

De acordo com dados da Hibou (2023), 30% das mulheres não estão satisfeitas com a sua vida sexual. Similarmente, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), uma em cada três mulheres brasileiras com mais de 16 anos sofreu violência física e sexual por parceiro íntimo ao longo de sua vida. Portanto, podemos refletir sobre como o controle, dominação, submissão e repressão da sexualidade feminina se realça em nossa sociedade, sendo indispensável a educação sexual para subverter e transgredir essas formas normativas e violentas, contribuindo então para a desconstrução de estereótipos de gênero e do sexismo, fornecendo informações e reflexões para uma experiência mais saudável da sexualidade, com respeito, responsabilidade e liberdade.

Enquanto mulher, psicóloga, professora e pesquisadora, os temas de gênero e sexualidade sempre me interessaram, especialmente por entender que eles estão nos discursos indiretos e naturalizados de nossa sociedade, onde a educação tem um grande potencial de reproduzir ou desconstruir essas representações. Foi crescendo que percebi, nas sutilezas, que em nosso meio cultural falar de sexualidade e dos corpos femininos ainda é um tabu, especialmente quando diz respeito ao prazer de uma mulher em uma relação de não submissão, ou para além do paradigma cisheteronormativo.

Também foi crescendo que percebi mulheres sendo culpabilizadas por violências diversas, que percebi nossos corpos sendo olhados com conotações de hipersexualização desde cedo, que percebi o medo, a vergonha, a estranheza e a repressão tendo efeitos na forma como movimentamos e vivenciamos os nossos corpos. Porém, na subversão dos discursos educativos formais e informais, percebi crescendo também a potência desses corpos, o apoio que encontramos umas nas outras, na afirmação e no reconhecimento do nosso corpo singular, digno de desejos, prazeres, cuidado e expansão.

Essa história não é linear e ainda se faz no caminho. Recordo-me de aulas de educação sexual na escola, onde circulavam o medo, a ausência de informações, o constrangimento, as piadas e ridicularizações do corpo e sexualidade feminina ou todo corpo que se mostrava diferente da norma. Assim, percebi também que muito do que aprendi sobre sexualidade estava nos livros, filmes, discussões em disciplinas diversas e, enfim, no cotidiano. Foi ter acesso à informações confiáveis, ao feminismo, e nas redes de apoio, que um mundo foi se abrindo em horizonte, fazendo com que eu me implicasse também em ser mais um agente de transformação nesses estudos.

Desde a faculdade, ouvindo mulheres (sejam as minhas amigas, professoras, pacientes em estágio) e estudando sobre elas, nasceu o desejo de escrever sobre nós. Além dos trabalhos em eventos, destaco a escrita do meu trabalho de conclusão de curso, que discutiu as relações de poder sobre os corpos femininos; na especialização em saúde mental, busquei analisar, por meio da análise de produções científicas brasileiras sobre o tema, os impactos da violência contra a mulher na saúde mental destas. Desde então, soube que era esse o caminho que gostaria de continuar a caminhar.

Acredito, sobretudo através das escutas clínicas e na minha prática em educação, que é necessário e urgente criar novas formas de olhar e experienciar a sexualidade feminina, de modo que mais mulheres tenham mais liberdade no contato com seus próprios corpos. Que entendamos, portanto, que a nossa qualidade de vida sexual é mais um aspecto da discussão da nossa própria saúde e relação com o ambiente que nos rodeia. E que ainda assim a discussão aqui localizada é limitada: há muito mais em nossos corpos e sexualidade do que aquilo que pode ser mensurado e refletido, há muito, nessa experiência, que não tem nome, que é simplesmente da ordem dos afetos e desejos. Há muito que foge dos parâmetros científicos, e precisamos urgentemente, enquanto pesquisadoras, reconhecer isto, ao passo que trabalhamos com aquilo que é possível em busca de transformações sociais.

Nessa dissertação, evidencia-se a relevância de localizar os estudos acerca de função sexual e qualidade de vida sexual em um viés crítico da educação, pensando também na

importância da educação sexual de mulheres. Tendo isso em vista, busca formular relações entre função sexual e qualidade de vida sexual de professoras universitárias.

A função sexual se refere à resposta do corpo ao estímulo sexual, e por sua vez, a qualidade de vida sexual abrange expressão dos desejos, valores, satisfação sexual e função sexual adequada, abarcando elementos físicos, comportamentais e emocionais (Pereira; Souza, 2022). A qualidade de vida refere-se à satisfação pessoal e se articula com a saúde sexual, contudo, os estudos acerca desse fenômeno de saúde e bem-estar com o público de professoras ainda são escassos (Pereira, 2021), desse modo, é essencial avaliar a função sexual para compreender a sua relação com a qualidade de vida sexual dessas mulheres.

O campo da educação, por meio de currículos, normas, procedimentos, teorias, linguagem, materiais e avaliações, produz sujeitos e identidades, com sentidos de gênero e sexualidade que contemplam efeitos nos corpos, reforçando por vezes práticas pedagógicas sexistas. Além disso, a representação de mulheres na docência constata relações de poder para um trabalho de cuidado e apoio maternal, valorizando a docilização em detrimento da sua vida pessoal, que por vezes é atravessada pela vigilância em torno da sua sexualidade (Louro, 2010).

Considerando que essas perspectivas por vezes são introjetadas pelas mulheres, causando impactos em sua saúde sexual e integral, ao passo que se articulam com esferas de raça e classe, se faz notório que muitas vivenciam os efeitos do sexismo, culpa, repressões, pressões estéticas, hiper sexualização e objetificação, bem como sobrecarga de trabalho e de cuidado. Logo, esse estudo pode contribuir no âmbito da educação e também da saúde, fornecendo reflexões sobre a sexualidade, qualidade de vida e educação sexual, em uma postura crítica acadêmica para formular novas possibilidades de compreensão e cuidado.

Enfatiza-se também que o presente trabalho faz parte de uma pesquisa guarda-chuva que analisa a função e qualidade de vida sexuais de professoras e estudantes universitárias, coordenada pelo professor Dr. Glauberto da Silva Quirino, também orientador deste trabalho. A interface entre função sexual e qualidade de vida sexual é prevalente em muitas pesquisas do campo da saúde, assim, tornou-se imprescindível também localizar esses estudos na área da educação.

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: para além desta introdução, apresento na sequência os objetivos, fundamentação teórica com discussões de autores como Catelan e Sardinha (2023), Louro (1997, 2010), Foucault (1988), Fleury (2004), Abdo (2010), Basson (2008), Pereira e Souza (2022), Panahi et al. (2021), Scott (1990), hooks (1997, 2017, 2018), Pelúcio (2014), Del Priore (2011), dentre outros. As reflexões se localizam nas temáticas de função sexual e qualidade de vida sexual, com problematizações acerca do discurso médico

sobre os corpos e sexualidade feminina, contemplando assim óticas de gênero, sexualidade e feminismo para fundamentar a discussão, com dados quantitativos e qualitativos que apontam a importância da educação sexual.

Em seguida, é feito o percurso metodológico da presente pesquisa, com o tipo e natureza do estudo, seu local, população, amostra e amostragem, bem como instrumentos e procedimentos para a coleta de dados, organização, análise e apresentação desses dados, destacando aspectos éticos e também a construção do produto educacional, que se caracteriza como um guia pedagógico de educação sexual para mulheres.

Nos resultados e na discussão, analisamos os achados da pesquisa através de tabelas e gráficos que apresentam a estatística descritiva, assim como os textos que localizam os dados quantitativos em uma leitura teórica, crítica e fundamentada em perspectivas acerca de gênero, raça, classe, orientação sexual, relacionamentos, religiosidades e divisão sexual do trabalho na universidade enquanto instituição social, repleta de representações coloniais, bem como discussões sobre formas de resistências, educação sexual, emancipação e liberdade dos corpos femininos em seus prazeres e satisfação em sexualidade.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar a função sexual e a qualidade de vida sexual de professoras universitárias.

2.2 Objetivos específicos

Traçar o perfil sociodemográfico de professoras universitárias;

Avaliar a função sexual de professoras universitárias;

Avaliar a qualidade de vida sexual de professoras universitárias.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Função sexual de mulheres

Desde as civilizações mais antigas até o momento atual, a sexualidade é um dos principais temas de interesse da humanidade, como apontam Catelan e Sardinha (2023), assim, a mesma se faz presente historicamente em textos religiosos, médicos, filosóficos, acadêmicos, científicos e literários, com teorias do comportamento e funcionamento sexual humano, tendo influências de pressupostos ideológicos de cada época na forma de enxergá-la. Destaca-se, portanto, que a sexualidade humana contempla um campo de subjetividade e perspectiva social nas significações e vivências desta, logo, é necessário considerar não somente os níveis biológicos e reprodutivos, mas todo o aspecto psicológico, histórico e sociocultural (Nunes, 1987).

Além disso, Louro (1997) fundamenta que questões de gênero, sexualidade, raça, classe e religião estão interligadas pelas dinâmicas sociais e relações de poder. Em consonância com esta perspectiva, autores como Foucault (1988) discutem o biopoder na esfera da sexualidade, dessa forma, observa-se que em muitas sociedades, as expressões de sexualidade se tornam alvo de normas morais, religiosas ou científicas, que são perpassadas desde a infância das pessoas e coletividades, o que torna essencial a reflexão para além da dinâmica repressiva dos corpos: é preciso debater sobre direitos sexuais, reprodutivos e saúde sexual.

O Ministério da Saúde (2006) evidencia que sexualidade é muito mais do que sexo, de modo que envolve também papéis sexuais, orientação sexual, erotismo, prazer, envolvimento emocional, amor e reprodução, sendo vivenciada através de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, práticas, relacionamentos e corporeidade.

Em vista disso, ressalta-se que um dos aspectos que compõem o campo da sexualidade é a função sexual, que por sua vez refere-se à resposta do corpo ao estímulo sexual. Nesse sentido, dialogando acerca do contexto das pesquisas em função sexual, Giami (2007) frisa que apesar dos avanços, muitas ainda seguem reforçando representações tradicionais comprometidas pelos estereótipos de gênero e que privilegiam uma noção de função sexual orgânica e fisiológica, desconectada do contexto social, relacional e emocional. Por isso, torna-se fundamental um novo pensamento crítico acerca desse âmbito.

Considerando então que a sexualidade contempla processos fisiológicos e dimensões subjetivas que englobam aspectos como a capacidade de confiança e sentimento de valorização, percebe-se que esta excede-se para muito além de uma esfera biológica, uma vez que os

prazeres experienciados acontecem independentemente de um ciclo ou objetivo reprodutivo, dessa maneira, entende-se que a resposta sexual humana abrange questões biopsicossociais em constante interligação (Fleury, 2004; Vitiello; Rodrigues, 1997).

Desse modo, a resposta sexual é resultante de um conjunto de elementos internos e externos envolvidos no exercício da sexualidade e do ato sexual, que provocam o estímulo dos domínios sexuais, como desejo, excitação e orgasmo, bem como seus correlatos psicofísicos que contemplam a lubrificação, satisfação sexual e dor/desconforto, gerando alterações fisiológicas (Abdo, 2010).

Tendo isso em vista, salienta-se aqui as contribuições de Masters e Johnson (1970) sobre o ciclo de resposta sexual completo - seu modelo contempla um ciclo de quatro fases: excitação, platô, orgasmo e resolução, que então seria indistinto para homens e mulheres. Alguns anos após a teorização desse modelo, Kaplan (1977) o contestou incluindo a fase do desejo antes da fase de excitação, eliminando também a fase platô, propondo assim um novo modelo de resposta sexual trifásico, constituído por: desejo, excitação e orgasmo, também comum para homens e mulheres.

Atualmente, Lucena (2018) aponta que se tem tornado evidente a existência de marcadores de gênero nas discussões de função e resposta sexual, logo, os modelos que abordam respostas comuns para homens e mulheres têm passado por novas leituras e criações de modelos mais adequados e atualizados, que consideram a subjetividade e complexidade presente de forma mais marcante na excitação sexual da mulher. À vista desse movimento de mudanças, compreende-se que homens e mulheres têm modelos diferentes de resposta sexual, onde a excitação sexual feminina envolve fatores mais subjetivos e complexos, como enfatizam os estudos de Basson (2008).

Seu modelo circular de resposta sexual feminina se caracteriza por cinco fases, onde a primeira engloba o início da atividade sexual com motivação não necessariamente sexual, podendo então não haver consciência referente ao desejo sexual. Na segunda fase, observa-se excitação subjetiva com resposta física, provocada pela receptividade ao estímulo erótico, enquanto na terceira fase a vivência da excitação subjetiva desencadeia a consciência de desejo sexual. A quarta fase, por sua vez, abrange um aumento gradativo da intensidade da excitação e desejo responsivo, sendo possível ou não acontecer o orgasmo. Na quinta fase, é notória a satisfação física e emocional, incluindo aumento da receptividade para futuras experiências sexuais (Basson, 2008). Assim, nota-se que o desejo, para muitas mulheres, envolve muito mais intimidade do que o impulso propriamente biológico como desencadeador do ciclo de resposta sexual (Basson *et al.*, 2000).

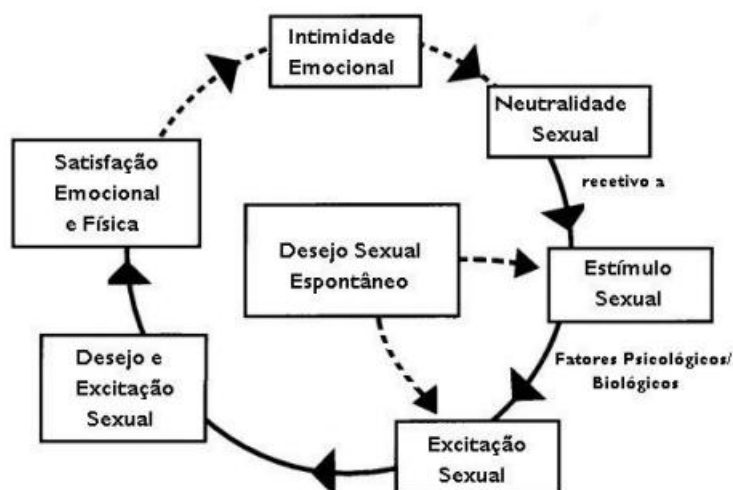


Figura 01 - Modelo de resposta sexual feminina de Basson, em tradução para o português.

Fonte: (Carvalho, 2014, p. 2).

Esses entendimentos serviram de base para as categorizações disponíveis na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, DSM) sobre disfunções sexuais, que por sua vez são definidas pelo DSM-V como “um grupo heterogêneo de distúrbios que se caracterizam por uma perturbação significativa na habilidade de uma pessoa responder sexualmente ou experimentar prazer sexual” (Associação Psiquiátrica Americana, 2013, p. 477),

No DSM-V-TR (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição, texto revisado), de 2022, as disfunções sexuais são divididas em: ejaculação retardada; transtorno erétil; disfunção do orgasmo feminino; transtorno do desejo/interesse sexual feminino; transtorno de dor/penetração genito-pélvica; desejo sexual hipoativo masculino; ejaculação precoce; disfunção sexual por motivo de uso de substâncias/medicamento; outras disfunções sexuais específicas; e disfunção sexual não especificada, que podem acontecer em uma ou mais fases do ciclo de resposta sexual. Para fins diagnósticos, o manual também apresenta critérios em relação às queixas, como: ocorrer em 75% a 100% das tentativas sexuais, persistindo por pelo menos seis meses, causando sofrimento clinicamente importante e não tendo causas por outro transtorno não-sexual ou uso de medicação (Associação Psiquiátrica Americana, 2022).

De acordo com Hartmann *et al.* (2002), estas disfunções interferem no campo sexual de 20% a 50% de mulheres, podendo promover impactos consideráveis na qualidade de vida e

relacionamentos interpessoais, além disso, as disfunções costumam se intensificar com a idade. Os autores também apontam que as mulheres que buscam atendimento especializado por motivo de disfunção sexual tendem a apresentar baixa autoestima e instabilidade de humor. Quanto ao tratamento, Wolters e Hellstrom (2006) enfatizam que este pode melhorar a autoestima, qualidade de vida, satisfação pessoal e interpessoal e possíveis sintomas depressivos.

Nesse sentido, Fourcroy (2006) evidencia que pesquisas recentes demonstram várias causas biológicas, psicossociais e físicas atribuídas às disfunções sexuais, que envolvem inclusive dificuldades de comunicação com parceiros, ansiedade e depressão, sentimento de culpa e vergonha em relação ao sexo, medo de dor/infecções/gravidez, histórico de violência sexual, falta de estimulação e lubrificação adequada, mudanças corporais, danos neurológicos por cirurgias ou traumas, drogas e doenças infecciosas no trato genital. Além disso, são consideradas características que não preenchem critérios diagnósticos para disfunções, mas que geram prejuízos na experiência sexual, como: educação sexual, idade, falta de conhecimento corporal, repertório de comportamentos sexuais reduzido, dificuldades de ser assertiva, sentimentos de vergonha, baixa autoestima, dentre outros (Carvalho; Sardinha, 2017).

Quanto à esfera psicológica e social envolta na vivência da sexualidade feminina, observa-se que o campo social é permeado por pressões e tabus, vergonhas, angústias de desempenho, tensões entre parceiros e ausência de comunicação, construindo barreiras no desenvolvimento saudável da sexualidade, por conseguinte, observa-se também muitos casos de mulheres que simulam orgasmos e vivenciam inúmeros enigmas na relação com o próprio corpo, como acentuam Castro *et al.* (2021).

Em face dessas questões, torna-se primordial também realizar problematizações sobre o debate do normal e patológico, compreendendo suas interlocuções com a cultura, história e contexto político e econômico. Afinal, considerando o debate de Foucault sobre relações de poder sobre os corpos e a sexualidade, é válido refletir como o saber médico e científico há tempos produz saberes pautados na norma e controle, através do conjunto de micropoderes, exames e vigilâncias, contemplando também a figura da mulher histérica, o que fez com que os corpos femininos fossem analisados e desqualificados pela patologização e intervenções nesse âmbito. Um conceito utilizado pelo autor em questão, de “*scientia sexualis*”, aponta para o complexo regime de verdades das práticas disciplinares da sexualidade em ordens psicológicas, médicas, penitenciárias e educativas, sob roupagem de um saber neutro e objetivo, ocultando contornos morais em seu entorno (Foucault, 1988; Czapla, 2020; Maia; Aldeman, 2021).

Como pontua Czapla (2020), existiram historicamente intensas cruzadas morais promovidas pelo saber médico, especialmente durante os séculos XIX e XX, onde as denominadas “perversões sexuais” eram entendidas como aquelas formas de sexualidade não reprodutivas e não heterossexuais.

Segundo a autora supracitada, uma das grandes influências para esse controle médico foi a publicação, em 1886, do livro "*Psychopathia sexualis*" de Richard von Krafft-Ebing, que descreveu as experiências que subvertiam o feminino ou que contrariavam o sexo reprodutivo e heterossexual como transtornos médicos-psiquiátricos, desse modo, a diferença sexual tornou-se patologia, com moldes de normalidade bem específicos.

Além disso, por muito tempo, o que era considerado perversão sexual feminina funcionava como maneira de instituir o lugar das mulheres, especialmente brancas e burguesas, como mães e esposas dessexualizadas, obedientes, passivas e do lar, sendo as ninfomaníacas, histéricas e prostitutas a imagem da sexualidade desviante e patológica (Czapla, 2020). Similarmente, identidades trans e orientações sexuais não-heterossexuais foram consideradas transtornos pelo DSM, influenciando abundantemente a forma em que essas pessoas eram tratadas em sua saúde e necessitando de anos de luta para a superação dessa concepção, que até hoje, apesar dos avanços, ainda não modificaram por completo o caráter patologizante de identidades sexuais e de gênero consideradas dissidentes (Antoneli, 2013).

Diante do exposto, é notória a existência de um forte movimento de medicalização dos comportamentos e da vida, transformando em patológicas muitas formas de obter prazer, amar e escolher suas parcerias sexuais, assim, a sexualidade é padronizada e o período histórico e social dita o que é permitido ou proibido, como afirma Antoneli (2013). Esse trajeto histórico nos permite refletir que o que é considerado normal ou patológico em uma sociedade diz respeito à cultura e está em constante transformação, inclusive no discurso médico, logo, é preciso sempre uma leitura crítica sobre esses diagnósticos, com uma concepção de saúde que esteja de fato implicada com o bem-estar da população.

Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores - quanto à estabilidade, à fecundidade e à variabilidade da vida - às normas específicas anteriores, serão chamadas patológicas. Se eventualmente, se relevarem equivalentes - no mesmo meio - ou superiores - em outro meio - serão chamadas normais. Sua normalidade advirá de sua normatividade. O patológico não é a ausência de norma biológica, é uma norma diferente, mas comparativamente repelida pela vida (Canguilhem, 1995, p. 113)

Pereira e Cardoso (2018) destacam que no contexto patriarcal o corpo da mulher acaba sendo o lócus de controle mais extensivo, entretanto, pode também ser local de resistência, inclusive através da sexualidade. Por isso, se faz indispensável refletir sobre como essa sexualidade pode ser vivenciada de forma saudável, abrangendo uma qualidade de vida para as mulheres.

3.2 Qualidade de vida sexual das mulheres

Salienta-se que a definição de qualidade de vida vem sendo intensamente discutida nos últimos anos, sendo tratada a partir dos mais diferentes olhares, como da ciência, suas disciplinas e até mesmo do senso comum, a partir de pontos de vistas objetivos ou subjetivos e abordagens individuais ou coletivas, como apontam Minayo, Hartz e Buss (2000). A Organização Mundial da Saúde (1994) conceitua a qualidade de vida como a percepção das pessoas acerca de sua vida, contexto social e cultural, valores, objetivos, expectativas e preocupações, envolvendo o campo familiar, afetivo, social e ambiental.

Dessa forma, entende-se que questões subjetivas e objetivas se fazem presentes na qualidade de vida e sua relação com as políticas públicas, saúde e educação. Um dos aspectos presentes nesta é a qualidade de vida sexual, que de acordo com Pereira e Souza (2022) engloba a expressão dos desejos, valores, satisfação sexual e função sexual adequada, abarcando âmbitos físicos, comportamentais e emocionais. Portanto, no que se refere ao bem-estar das mulheres e qualidade de vida geral, a qualidade de vida sexual configura-se como um aspecto imprescindível.

Considerando a resposta sexual humana como os diversos comportamentos, processos cognitivos e respostas fisiológicas diante de um estímulo ou intenção sexual, é notório que quando esta flui sem impedimentos, a atividade sexual configura-se um fator significativo de funcionalidade e qualidade de vida. Porém, a sociedade contemporânea nem sempre abrange a atividade sexual como um aspecto de saúde, inclusive, há escassez de estudos que consideram essa questão na qualidade de vida global, logo, percebemos uma ausência de educação sexual adequada, a disseminação do sexo performático e reprovação do sexo por prazer, o que costuma gerar culpa, ansiedade e restrição (Braga *et al.*, 2023).

Em síntese, acentua-se que a qualidade de vida sexual é uma esfera fundamental no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, à vista disso, Panahi *et al.* (2021) observam que a avaliação da função sexual desempenha um papel imprescindível na medição da qualidade de

vida. Tendo isso em vista, nos questionamos: o cenário de saúde sexual e qualidade de vida das mulheres tem sido positivo?

Os dados do estudo observacional de Correia *et al.* (2016) realçam que mulheres com disfunções sexuais apresentam maior comprometimento da qualidade de vida em domínios de saúde mental, aspectos físicos, emocionais e sociais, ademais, os achados dos autores em questão corroboram com os resultados da literatura existente: mulheres com disfunções sexuais apresentam insatisfação física e emocional e sentimentos de infelicidade, portanto, o bem-estar geral está associado a uma saúde sexual satisfatória, sendo um fator fundamental na qualidade de vida. Assim, enfatiza-se que a satisfação com a vida sexual se interliga com experiências sexuais passadas, expectativas atuais e aspirações quanto ao futuro (Davidson; Darling; Norton, 1999).

É cômico que as estruturas de poder sobre os corpos contemplam o campo da sexualidade, envolvendo fatores interseccionais de gênero, raça, classe, orientação sexual, dentre outros. Isto posto, Scott (1990) evidencia que questões de gênero e sexualidade são perpassadas pelo poder e por construções simbólicas, com efeitos sociais nas identidades, que segundo Woodward (2012) são estas construídas ao longo da vida, combinando aspectos subjetivos e culturais em relação, onde a educação tem papel significativo nesse processo.

Em vista disso, nota-se que historicamente, os corpos femininos, diferente dos masculinos, foram alvos de controle e moralidade quanto ao campo da sexualidade e direitos reprodutivos, o que vulnerabiliza a vivência plena e saudável da sua sexualidade (Oliveira, 2020). No cenário brasileiro, especificamente, são documentados dados preocupantes em relação à saúde sexual das mulheres: em uma pesquisa realizada pela Hibou (2023), salienta-se que 30% das mulheres não estão satisfeitas com a sua vida sexual, e 79% já fingiram orgasmos.

Também são alarmantes os casos de crimes sexuais cometidos contra mulheres que evidenciam o julgamento social e institucional pautados no machismo, tendo efeitos resultantes na culpabilização da mulher, que por vezes é desacreditada e sofre violências secundárias, como pontua Oliveira (2020), com isso, as violências sexuais afetam a qualidade de vida global e sexual. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), uma em cada três mulheres brasileiras com mais de 16 anos sofreu violência física e sexual por parceiro íntimo ao longo de sua vida.

Nota-se que enquanto as mulheres vão crescendo, vivenciam situações de violências diversas que fomentam o poder sobre seus corpos, inibindo vivências genuínas acerca da sexualidade e sendo afetadas em diversas esferas de sua saúde. Essas violências precisam ser nomeadas e torna-se urgente a necessidade de mais projetos que buscam o fim das mesmas,

desse modo, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) notabiliza a violência física, psicológica, patrimonial, moral e sexual, sendo esta última referente à condutas que constroem a mulher a presenciar ou participar de relação sexual não desejada através de intimidação, ameaça ou uso da força, assim como a imposição da comercialização ou utilização da sexualidade e a coação de matrimônio, gravidez, aborto ou prostituição.

Similarmente, são potentes as contribuições de Butler (2010, 2016) acerca dos efeitos culturais e discursivos em nossos corpos em construção, compreendendo gênero como ato performativo, e não um substantivo, afinal, existem inúmeras práticas reguladoras e normativas sobre o que é coerente ao gênero, onde a emergência de modos outros de subjetivação são consideradas dissidentes, subversivas e marginais. Em vista dessa questão de gênero e sexualidade, destaca-se também que de acordo com Braga *et al* (2023), os primeiros estudos da resposta sexual eram voltados à satisfação de casais cisgêneros e heterossexuais e, até hoje, os estudos que contemplam saúde sexual de pessoas não heterossexuais, transexuais e não binárias têm pouca visibilidade, ou seja, ainda existem inúmeros tabus ao se falar de sexualidade feminina, bem como muitas invisibilizações ao falar de sexualidades dissidentes.

Dessa maneira, é possível abordar aqui o conceito de cisheteronormatividade uma vez que, segundo Rosa (2020), a normatividade incrustada nas práticas sociais ocidentais incide sobre o sexo e gênero, onde o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos presume, logo, que esses corpos são cisgêneros a partir de ordens naturalizantes como possibilidade única.

Em seu trabalho “Efeitos do preconceito e do estresse de minoria na saúde mental de minorias sexuais e de gênero”, Catelan e Paveltchuk (2023) relatam que há pelo menos 20 anos a literatura científica vem anunciando inúmeros desfechos psicológicos negativos entre o público, demonstrando que pessoas com identidade de gênero e sexualidade dissidentes se encontram sob maior risco de desenvolver transtornos psiquiátricos e problemas de saúde mental, inclusive com relação aos preconceitos e violências sofridas durante a vida.

Diante disso, percebemos que a sexualidade, especificamente dos corpos femininos, envolve normas relacionadas ao gênero e ao sexo, com dicotomias morais e noções de que o domínio do desejo e prazer sexual são concernentes ao masculino, que por sua vez são ensinadas socialmente por meio do pensamento sexista e cisheteronormativo na educação desde o nascimento, tendo efeitos que atingem a experiência das mulheres para com a sua sexualidade. Por isso, notamos diversos avanços do feminismo acerca dos direitos sexuais e liberdade sexual, contudo, muitas das táticas de silenciamento e submissão se atualizam e perpetuam sofrimentos, sendo urgente a ampliação do diálogo e conscientização em narrativas que valorizem o

conhecimento de si, dos seus corpos e suas relações, superando o medo, a culpa e a vergonha (hooks, 2018; Guimarães, 2019).

Assim sendo, além de ter uma boa saúde física, manter o cuidado para com comorbidades clínicas e psiquiátricas, o bem-estar, a satisfação com o corpo e atitudes positivas em relação ao sexo são essenciais para uma vivência saudável da sexualidade, logo, abordagens que reforcem tal bem-estar e educação sexual se tornam imprescindíveis (Braga *et al.*, 2023).

3.3 Sexualidade, relações de gênero, dissidências e educação

A sexualidade, como salienta Foucault (1998), é um dispositivo histórico, que se constitui por meio de diversos discursos sobre o sexo, que o regulam, o normatizam, o controlam e produzem “verdades”. Considerando que sexualidade se relaciona com as palavras, as imagens, a fantasia e com o corpo (Weeks, 1993), é válido destacar que o corpo também está mergulhado em um campo político, onde as relações de poder têm alcance sobre ele, que se apresentam de formas sutis através dos discursos, aparelhos pedagógicos, militares, médicos, industriais, religiosos e institucionais, organizando e exigindo sua utilidade econômica e política pela coerção e dominação.

Desse modo, o corpo se torna útil quando é produtivo, obediente, submisso e dócil; exerce-se o biopoder como forma de regulação, e esse corpo é analisável e manipulável, podendo ser submetido, transformado e aperfeiçoado, na tarefa de medir, controlar e exigir a norma (Foucault, 1987). É cômico, portanto, que o campo da sexualidade é permeado por questões culturais, sociais, históricas, políticas e econômicas, onde a nossa forma de se relacionar com ela nem sempre foi a mesma, conforme Oliveira (2020).

Similarmente, Furlani (2011) contempla que essa temática aborda um feixe de valores morais e conservadores que influenciam nas práticas cotidianas, nos usos e costumes, na intimidade e nas expressões sexuais e amorosas das pessoas e coletividades. A mídia, a música, o cinema, a pintura, a moda e as construções de noções acerca do masculino e feminino na sociedade apontam como a sexualidade é constituída e constituinte nas relações sociais, onde modelos hegemônicos ditam “verdades” e produzem mitos, que por sua vez são conceituados pela autora como concepções errôneas criadas através de rumores, fanatismo ou educação sexual falha. Um desses mitos, por exemplo, é o mito do corpo perfeito, que dita, com forte implicação do capitalismo, que o tipo de corpo ideal ao desempenho sexual é o magro, esbelto e atlético, desconsiderando a diversidade de corpos, formas de existência e experiência do prazer, da satisfação sexual, do erotismo e da autoestima.

Especialmente nas vivências das mulheres, público-alvo do presente estudo, podemos observar inúmeras formas de controle de seus corpos e sua sexualidade ao longo do percurso histórico da humanidade. Diante disso, Louro (2010) evidencia que gênero e sexualidade, assim como outros marcadores, se articulam nas relações, uma vez que é no campo social em que se constrói e se reproduzem as relações desiguais entre os sujeitos, por isso, as justificativas para as desigualdades necessitam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim os arranjos sociais e históricos e suas representações. O conceito de gênero nos permite, então, compreender como cada sociedade, em determinados períodos históricos, denomina o que é feminino ou masculino em características específicas que se interligam com as relações de poder.

Além disso, Pelúcio (2014) acrescenta que o gênero, por ser construído social e culturalmente, possui marcas históricas que se relacionam com os corpos em pluralidade, logo, existem diversidades de gêneros e suas intersecções. Em consonância, Carneiro (2003) ressalta que ao falar de mulheres, é preciso sempre nos perguntar de que mulheres estamos falando, para que assim possamos não universalizar e/ou invisibilizar estas. Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade se faz imprescindível: ele vai além da multiplicidade dos sistemas de opressão, contemplando na verdade como estes interagem, produzem e reproduzem desigualdades sociais, assim, as relações entre gênero, raça, etnia, deficiência, sexualidade, classe e nacionalidade são examinadas em vários níveis (Crenshaw, 1989; Collins, 2000; Knudsen, 2006).

Compreendendo a construção de identidades através do discurso e de práticas reguladoras, Butler (2016) salienta que no que se refere ao sexo, gênero, desejo e prática sexual, há uma imposição social de que o sujeito mantenha uma coerência entre eles – e explorar ativamente sua sexualidade não condiz com a identidade de gênero feminina que nos é dita historicamente como verdade. Ao contrário, a sexualidade muitas vezes é vivida pelas mulheres através da ideia da vergonha, impureza e culpa, onde o seu corpo é tido como objeto de satisfação do outro, em uma lógica hierárquica de repressão dos próprios desejos e ações (Araújo, 2018).

Inúmeras foram e são as formas de opressão, submetimento e silenciamento das mulheres e seus corpos. Em consonância com esses aspectos, Del Priore (2011) acentua que o erotismo mudou através dos tempos, mas notamos que o que permaneceu, no decorrer dos séculos, foi o controle do prazer sexual, e é justamente sobre a mulher que esse controle se exerce com maior rigidez, e contempla mitos e tabus que reforçam um padrão de dominação ao corpo da mulher e normatividade nas formas de se relacionar. Inclusive, as formas de controle

englobam a normatização de condutas que se referem à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, nomeando como diferentes aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos (Louro, 2010). Tendo isso em vista, a emergência de outros modos de subjetivação é considerada dissidente, subversiva e marginal (Butler, 2010, 2016).

Por sua vez, o feminismo, como um movimento para combater o sexismo, a exploração e opressão, possibilitou a discussão das relações de gênero dentro de uma concepção de que o pessoal é político, conferindo o entendimento de que o aprendizado de gênero perpassa normatizações no sentido de adequar o nosso corpo às expectativas sociais de como devemos usá-lo e apresentá-lo, e tudo isso, notoriamente, tem relação direta com a sexualidade (hooks, 2018; Pelúcio, 2014). Desse modo, o debate crítico sobre a sexualidade feminina surge como necessário frente a tantos preconceitos, tabus, objetificação e culpabilização (Araújo, 2018).

Antes do movimento feminista, antes da libertação sexual, a maioria das mulheres achava difícil, se não totalmente impossível, declarar que tinha uma vida sexual saudável. O pensamento sexista ensinado às mulheres desde o nascimento deixou claro que o domínio do desejo sexual e do prazer sexual era sempre e somente masculino, que apenas uma mulher de pouca ou nenhuma virtude diria ter necessidade sexual ou apetite sexual. Divididas pelo pensamento sexista entre o papel de madona e o de puta, as mulheres não tinham base para se construir sexualmente. Felizmente, o movimento feminista desafiou de imediato os estereótipos sexuais sexistas. Colaborou o fato de que esse desafio surgiu no momento em que, na história de nossa nação, o controle de natalidade confiável tornou-se acessível para todas (hooks, 2018, p. 127).

Sem dúvidas, como afirma hooks (2018), todo esse movimento de luta, em paralelo ao desenvolvimento de eficientes métodos e direitos contraceptivos, foram caminhos para a revolução e libertação sexual feminina. Contudo, seguimos notando inúmeras violências com o corpo feminino e opressões no que diz respeito à sua vida sexual, uma vez que o sexismo se atualiza na sociedade através do campo cultural e pedagógico, sendo imprescindível que a luta continue para uma liberdade sexual de forma integral, incluindo métodos contraceptivos e de segurança em relação à saúde sexual e mental para todas, envolvendo também o conhecimento do próprio corpo, consciência das suas relações e do seu potencial de prazer.

Nesse sentido, é significativo destacar o papel da educação no debate de gênero e sexualidade. Louro (2010) realça que a escola entende de diferenças e desigualdades, afinal, ela inclusive as produz, seja através dos currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação - a escola fabrica sujeitos e identidades. Gestos, movimentos e sentidos são produzidos no espaço educacional e incorporados por

meninos e meninas, tendo efeitos em seus corpos, na forma como olham para si, olham para o mundo, falam ou se calam.

Atualmente, a sexualidade continua alvo da vigilância e controle, com novas formas de regulação que delimitam saberes e práticas pertinentes aos padrões de pureza, sanidade ou insanidade. Dessa forma, muitas práticas pedagógicas seguem reproduzindo violências e opressões de gênero, por isso, Louro (2018) denota a importância de estranhar o currículo, ou seja, colocá-lo em questão, desnaturalizá-lo.

3.3.1 Mulheres na docência e educação sexual

De acordo com Britzman (2000), para pensar nas discussões acerca da sexualidade na educação, é preciso que educadoras e educadores se tornem curiosos sobre suas próprias conceptualizações sobre a sexualidade, com abertura para explorar um conhecimento crítico voltado à uma práxis de liberdade. Além disso, salienta-se que os discursos sociais produzem representações, e uma importante de ser destacada aqui é a representação das mulheres na docência. Para Louro (2010), podemos pensar o gênero na docência através do fato de que as professoras foram vistas, em diferentes momentos, como "solteironas" ou "tias", como gentis, normalistas, habilitadas alfabetizadoras e modelos de virtude, constatando relações de poder presentes nos campos educacionais, midiáticos e religiosos.

Há também uma constante vigilância para afastar da figura da professora as marcas da sexualidade feminina, como acentua a autora supracitada - é como se a vida pessoal das mulheres na docência tivesse que ser discreta e reservada, em um trabalho de cuidado constante para com o outro e um apoio maternal. Entretanto, é imprescindível contemplar a resistência política desse fazer: dóceis professoras podem, então, se tornar trabalhadoras da educação, sindicalizadas, em busca de valorização e melhores condições de trabalho, levantando bandeiras e gritando palavras de ordem, portanto, não silenciando situações de violência e exercendo suas vidas pessoais com liberdade e respeito.

Diante disso, percebe-se a relevância de práticas educativas com uma ótica feminista, apoiando-se no reconhecimento das desigualdades entre gêneros nas instituições educacionais, em um movimento de transformação, libertação e visibilidade. Os movimentos coletivos, as políticas públicas e a transformação das práticas cotidianas necessitam subverter arranjos tradicionais de gênero e perspectivas de educação sexual em sala de aula e no espaço de ensino como um todo (Louro, 2010).

Isto posto, a educação sexual se faz indispensável, sendo crucial entender que a presença da sexualidade na educação, conforme Louro (2010) se faz independente da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de educação sexual, da inclusão ou não desses assuntos no regimento escolar, afinal, a sexualidade está na escola pois faz parte do sujeito, não sendo algo que pode ser desligado ou negado. Assim, no cotidiano escolar a sexualidade se faz presente em diversos fenômenos: nos pressupostos acerca da família, representações de gênero, casamento, corpo, afetividade, entre outros (Carrara *et al.*, 2009).

Apesar da sua relevância, da existência do movimento de luta e de documentos oficiais sobre a educação sexual, muitos desafios ainda se apresentam como oposição de algumas famílias e perspectivas religiosas, ademais, muitas vezes o trabalho acontece de modos superficiais ou que reforçam o medo e a culpa (Obando, 2021). Em sua pesquisa sobre sexualidade e educação sexual, os resultados de Quirino (2012) apontam que a prática docente em educação sexual por vezes apresenta-se paradoxal entre o discurso e as atitudes no trabalho pedagógico, que engloba ainda mitos e tabus que circundam a sexualidade, contemplando uma educação sexual em uma perspectiva sexista que ainda legitima desigualdades de gênero, em um silenciamento como forma de disciplinamento e controle da sexualidade.

Portanto, se faz essencial uma educação sexual que abarque dimensões biológicas, psicológicas e socioculturais da sexualidade, evitando concepções reducionistas. Similarmente, esta deve aprofundar questões sobre o corpo, relações de gênero, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, prevenção de gravidez indesejada e de violências sexuais. Logo, sua importância também se localiza na desconstrução de estereótipos de gênero e do sexismo, fornecendo informações e reflexões críticas, auxiliando as pessoas a desenvolverem uma visão positiva e saudável da sexualidade, com comunicação, respeito e responsabilidade, conforme Obando (2021).

Uma vez que os corpos são inseridos em processos de aprendizagem, tendo demarcações sobre a forma de ser e estar neste desde o nascimento, com regras de comportamento que abrangem o falar, brincar, andar, sentir, escolher, trabalhar, amar, desejar. é imprescindível uma educação para consciência crítica que se fortaleça na academia, nas salas de aula, no encontro de pessoas e comunidades, sendo a formação de professores e funcionários um aspecto fundamental para uma educação mais inclusiva e democrática (Cruz; Araújo, 2022).

A sexualidade, enquanto possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e existência, de gozo e de boniteza, exige de nós

essa volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e com o mundo, se nós fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente (Freire, 1993, p.12).

É preciso tecer uma educação sexual transgressora e emancipadora, que como nos ensina hooks (2017) e Freire (2018), viabiliza novas maneiras de olhar para o mundo e atuar sobre ele. Para Sousa (2021), uma educação sexual nesse viés tem possibilitado a construção de autonomia e emancipação, concretizando a educação como prática da liberdade, deslegitimando o discurso hegemônico - heteronormativo, sexista, racista e patriarcal, nos ensinando então que a resistência é fundamental para a existência.

4 MÉTODO

4.1 Tipo e natureza do estudo

O trabalho em questão se caracteriza como um estudo transversal de abordagem quantitativa. Sobre a última, ressalta-se a seguinte definição de Silva e Menezes (2000, p. 20):

considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.)

Por sua vez, de acordo com Bastos e Duquia (2007), o estudo transversal é caracterizado a partir da forma como os dados são coletados no tempo, em seu caso, a coleta de dados pode envolver um recorte único no tempo, assim, esse estudo é recomendado quando se deseja estimar frequências de fatores de risco e desfecho em estudo, buscando compreender se existe associação entre eles, sem sugerir, necessariamente, uma relação de causalidade. As etapas de um estudo transversal incluem: definição de uma população de interesse; estudo da população através de censo ou amostragem de parte dela; determinação da presença ou ausência do desfecho e da exposição para cada um dos indivíduos estudados (Gordis, 2004).

4.2 Local do estudo

O estudo foi desenvolvido na Universidade Regional do Cariri (URCA), no *campus* Pimenta, localizado no município de Crato, Ceará. A universidade em questão foi criada pela Lei Estadual nº 11.191 de 09 de junho de 1986, e autorizada e instaurada em 1987, nascendo de mobilização da comunidade regional em torno da missão de contribuir para a transformação da realidade regional, como um dos agentes ativos no desenvolvimento das regiões do Cariri e Centro Sul do Ceará, prioritariamente, sendo propulsora da ciência, cultura, civilização, criatividade e inclusão. Além disso, de acordo com as informações presentes no histórico do *site* da instituição, esta busca a integração com a comunidade, o fortalecimento do conhecimento e sua aplicabilidade, a excelência na instrução de profissionais e na formação de professores (Universidade Regional do Cariri, 2023).

A Urca é sediada em Crato, com campus no município de Juazeiro do Norte e Unidades Descentralizadas em Iguatu, Campos Sales e Missão Velha. Em sua linha histórica de marcos, destaca-se que conquistou relevantes expansões como a aquisição do Museu de Paleontologia Prof. Plácido Cidade Nuvens em Santana do Cariri e a aprovação da candidatura

do Geoparque Araripe da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), sendo referência no Brasil e na América Latina (Universidade Regional do Cariri, 2023). A instituição em questão, dessa maneira, também realiza e patrocina atividades relacionadas à política do desenvolvimento do Ceará, no campo da cultura humanística e da tecnologia, além disso, funciona com os seguintes centros: Estudos Sociais e Aplicados, Humanidades, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências e Tecnologias, Educação e Artes.

Para além da graduação, com 28 cursos regulares, seu ensino também contempla pós-graduação, aperfeiçoamento, especialização e extensão, tendo 70 cursos de pós-graduação *lato sensu*, quatro programas especiais de formação pedagógica, 11 mestrados e dois doutorados (Universidade Regional do Cariri, 2020; Ceará, 1986). Ainda, seu raio geoeeducacional ultrapassa fronteiras do Ceará e abrange estados como Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, o que beneficia aproximadamente 111 municípios e cerca de 12.000 estudantes em relação ao desenvolvimento econômico e social da região, assim como fomenta a sustentabilidade e inclusão (Universidade Regional do Cariri, 2020).

Sobre o seu corpo docente, informações colhidas do Estatuto da instituição (Ceará, 1986) ressaltam que o mesmo é constituído pelo pessoal de nível superior que exerce atividades de ensino e pesquisa ou funções administrativas na função de professor, onde a carreira do magistério contempla categorias de professor auxiliar, professor assistente, professor adjunto e professor associado, sendo função da Universidade buscar de forma permanente a capacitação de seu pessoal docente.

Em relação ao *campus* Pimenta, no qual foi o local da presente pesquisa, enfatiza-se que são ofertados cursos de: Licenciatura em Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Física, Geografia, História, Letras, Pedagogia e Química, assim como Bacharelado em Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Ciências Sociais e Enfermagem, com funcionamento em turnos diurno matutino, vespertino e noturno. Ademais, fortalecendo-se no campo da pesquisa, a URCA se consolida como a primeira instituição do Cariri a implantar a pós-graduação *stricto sensu* (Universidade Regional do Cariri, 2023).

Ressalta-se também que a cidade de Crato, em que se localiza o *campus* Pimenta, encontra-se no Sul do Ceará, com uma população estimada em 133.000 habitantes, com vasta riqueza natural, histórica, cultural, religiosa, artística, festiva e culinária. Desde os primórdios, o Crato é um dos epicentros econômicos do Nordeste, com desenvolvimento cultural e mobilização político-social dos moradores. Portanto, a URCA nessa região se constitui como espaço de cultura para a cidade e a Região do Cariri Cearense como um todo, contendo

pesquisas que dão visibilidade ao berço dos índios Kariris e ampliam o desenvolvimento local (Prefeitura Municipal do Crato, s/d; Secult Crato; Urca, 2016).

4.3 População, amostra e amostragem

A população foi constituída pelas 156 professoras da Universidade Regional do Cariri, que corresponde a 50,98% do total de professores lotados no *campus* Pimenta, em trabalho ativo na docência. A amostra foi composta por 45 professoras, sendo 28,85% da população. Como será melhor discutido ao longo do trabalho, apesar de a amostra ideal e pretendida ser a censitária, o número não foi atingido por desafios em relação ao aceite da pesquisa, o que comprometeu a amostra em critérios quantitativos e metodológicos para generalização, contudo, isso não enfraqueceu nem comprometeu a qualidade da pesquisa, uma vez que os dados analisados forneceram subsídios relevantes para a reflexão teórica e prática sobre o tema. Além disso, as recusas de participação também se configuram como um dado significativo, contribuindo para a compreensão dos desafios e resistências envolvidos na investigação da temática em questão.

No que se refere aos critérios de inclusão, foram considerados para o estudo professoras da URCA que desenvolvem suas atividades docentes no *campus* Pimenta, com vida sexual ativa nos últimos seis meses, uma vez que este é um critério de aplicabilidade do instrumento QS-F, que será melhor detalhado no tópico abaixo. Quanto aos critérios de exclusão, destacam-se os seguintes: professoras que estiverem de licença ou afastadas da função docente e grávidas, ou que estiveram grávidas nos últimos seis meses, tendo em vista que pesquisas apontam alterações na função sexual durante e após a gestação, inclusive, Pereira *et al.* (2022) acentuam em seu estudo transversal acerca de fatores associados à função sexual de gestantes, que os resultados demonstram redução em todos os domínios da função sexual e dos correlatos psicofísicos lubrificação e satisfação sexual, em comparação ao período pré-gravídico.

Destaca-se também que 106 professoras não responderam ao formulário, três não aceitaram participar da pesquisa e das professoras do *campus* Pimenta que responderam, duas foram excluídas da pesquisa pelos critérios de afastamento e gravidez.

4.4 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados

Foram utilizados três formulários para coleta de dados. O primeiro continha variáveis sociodemográficas: idade, cor da pele, escolaridade, estado civil, religião, ocupação, renda mensal, orientação sexual, se faz uso de algum medicamento, departamento, carga horária de trabalho, tempo de relacionamento e número de intercurso sexual por semana. Além disso, nesse formulário, foi incluída a seguinte pergunta: Na sua opinião, quais os principais elementos que devem estar contidos no guia pedagógico (produto educacional decorrente da pesquisa)?

O segundo foi um instrumento elaborado para o âmbito brasileiro, o Quociente Sexual – Versão Feminina (QS-F) que tem como objetivo avaliar, de maneira objetiva, a qualidade geral da função sexual da mulher, contemplando fases do ciclo de resposta sexual e suas correlações. Em suas 10 questões, o QS-F avalia desejo e interesse sexual em escada de zero a cinco, bem como preliminares, excitação pessoal, sintonia com o parceiro, conforto, orgasmo e satisfação (Abdo, 2009).

O resultado, por conseguinte, deve ser multiplicado por dois, resultando em escore de zero a 100 pontos, contudo, há a ressalva de que a resposta da sétima questão deve ser subtraído de cinco para obter o escore. Dessa forma, quanto maior o escore, maior é considerado o desempenho e a satisfação sexual, sendo classificado do seguinte modo: de 82-100 pontos: bom a excelente; 62-80 pontos: regular a bom; 42-60 pontos: desfavorável a regular; 22-40 pontos: ruim a desfavorável; 0-20 pontos: nulo a ruim. O ponto de corte para rastreamento de disfunção sexual feminina refere-se a escores menores ou igual a 60, de acordo com Abdo (2009).

Por sua vez, o terceiro instrumento foi o *Questionnaire on Sexual Quality of Life – Female* (SQoL-F), adaptado transculturalmente e validado por Pereira e Souza (2022) para o contexto das mulheres brasileiras, que tem como diferencial a avaliação do impacto das disfunções sexuais femininas na qualidade de vida sexual das mulheres. Sendo composto por 18 questões a serem respondidas em escala do tipo *likert*, seus seis pontos variam de “concordo completamente” (pontuação 1) à “discordo completamente” (pontuação 6).

Nesse instrumento, são adotadas quatro categorias analíticas: (1) Sentimentos psicosexuais – contemplando as questões 2, 3, 7, 8, 10, 16 e 17; (2) Satisfação sexual e relacional – com os itens 1, 5, 9, 13 e 18; (3) Inutilidade própria – abrangendo as questões 4, 6 e 15; e (4) Repressão sexual – composta pelas questões 11, 12 e 14 (Pereira; Souza, 2022).

As questões 1, 5, 9, 13 e 18 são reversas, logo, precisam ser convertidas previamente ao somatório da pontuação total. O escore total varia de 18 a 108, podendo ser usado na sua forma absoluta ou convertido para que a pontuação máxima seja de 100 por meio da fórmula:

$$\frac{(Y - 18) \times 100}{90}$$

Onde:

Y = Número de pontos obtidos no questionário

Os valores de referência adotados para categorização do nível de qualidade de vida sexual neste estudo foram: 18-36: má qualidade; 37-72: média qualidade; e, 73-108: boa qualidade (Panahi *et al.*, 2021). Assim sendo, as pontuações mais altas apontam uma melhor qualidade de vida sexual.

O período de coleta de dados aconteceu de junho à outubro de 2024. Inicialmente, as participantes foram convidadas a participarem da pesquisa através de e-mails, onde os formulários *Google*, contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os instrumentos, foram enviados seis vezes, com intervalos quinzenais e, posteriormente, mensais. Notando a baixa adesão, foram efetuadas participações em reuniões de departamento, com a finalidade de divulgar a pesquisa, seus procedimentos, sigilo e importância, contudo, não foi possível participar de reuniões em todos os departamentos, visto que alguns deles não retornaram o contato, assim, também foram circulados cartazes físicos e virtuais sobre a pesquisa, com informações gerais e *Qr Code* para acessar o formulário, bem como recados breves em sala de aula para divulgar a pesquisa como um todo.

Três professoras responderam aos e-mails declarando a não participação na pesquisa por motivos de desconforto. Outras dificuldades da pesquisa também envolveram a baixa adesão e abertura de alguns dos departamentos e professores em receber os pesquisadores quando o tema da pesquisa era mencionado, o que fez circular falas repletas de tabus sobre a sexualidade na universidade.

4.5 Organização, análise e apresentação dos dados

Os dados foram organizados em planilha do *Microsoft Office Excel 365* para constituição do banco de dados e processados no *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 23.

Em sequência, a análise foi elaborada por meio de estatística descritiva referente à média, à mediana, ao desvio-padrão, variância da amostra e frequência. Os dados, por sua vez, foram apresentados através de gráficos e tabelas, sendo analisados em diálogo com a literatura, fomentando discussões críticas sobre os dados quantitativos em questão, compreendendo assim o que estes significam em um contexto social, cultural, histórico e político.

4.6 Aspectos éticos e legais da pesquisa

A presente pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Regional do Cariri por meio do número de parecer 6.840.908, respeitando a Resolução nº 510 de 03 de junho de 2016, que fundamenta a ética para pesquisas com seres humanos. Além disso, a carta de anuência foi direcionada à instituição em questão, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi lido e assinado pelas participantes.

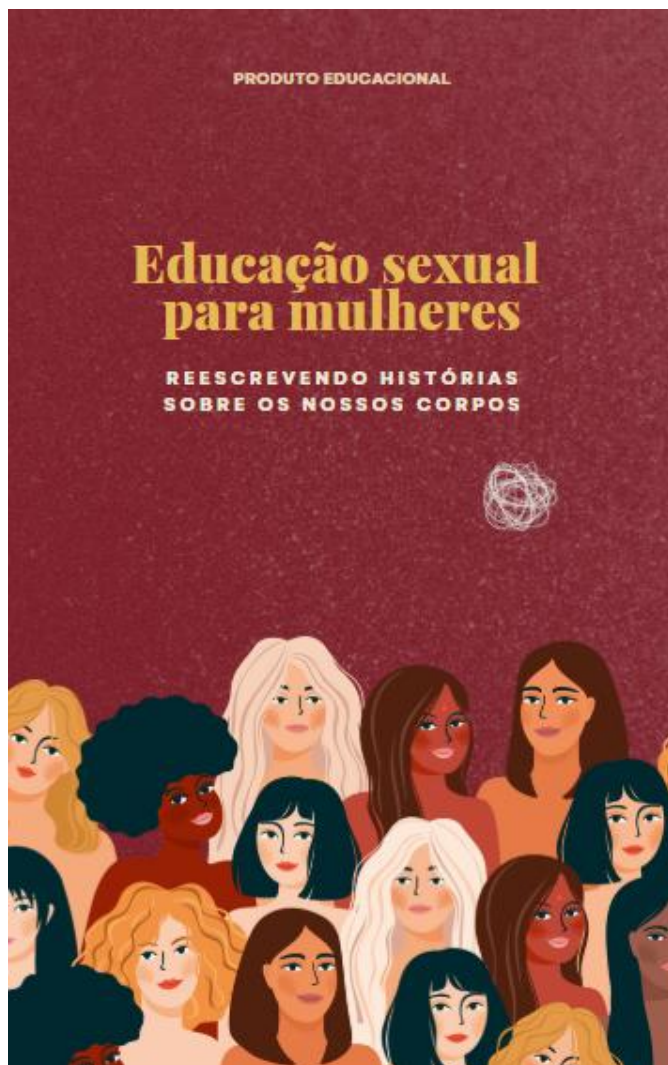
Considera-se que toda e qualquer pesquisa envolve benefícios e riscos, assim, enfatiza-se que a presente pesquisa contempla possibilidades de riscos mínimos, como constrangimento, vergonha e medo, o que foi minimizado ao garantir que a pesquisadora em questão estivesse habilitada para o método de coleta de dados, com atenção aos sinais verbais e não-verbais de qualquer desconforto, garantindo os direitos das participantes a partir de uma atitude acolhedora. Entretanto, assegura-se que prevalecem as possibilidades de benefícios, como ampliar o repertório da comunidade acadêmica sobre a temática em questão, fortalecendo assim práticas sociais que busquem por mais qualidade de vida sexual dos sujeitos. Além disso, para garantir o sigilo das participantes, estas foram identificadas pelo código alfa numérico.

4.7 Produto educacional

A partir da presente pesquisa, foi elaborado um guia pedagógico sobre educação sexual para mulheres, com o intuito de contribuir para o campo teórico e prático da área da saúde e educação, uma vez que os estudos supracitados apontam a sua importância para a qualidade de vida e saúde sexual. Dessa maneira, o guia em questão contemplou discussões acerca das representações culturais da sexualidade feminina, histórias escritas e reescritas sobre corpos das mulheres em diversidade, dados estatísticos, educação sexual e direitos sexuais e reprodutivos, consentimento, autoestima e autonomia, desenvolvimento humano e vida sexual, saúde mental, trabalho, prevenção de violências, direcionamentos de intervenções profissionais, sugestão de materiais audiovisuais e de atividades para trabalhar a temática na saúde e na educação.

Ainda, destaca-se que o guia pedagógico ou guia didático é um material com informações, ideias, conteúdos, dados e experiências individuais, coletivas, culturais, tecnológicas e ambientais de forma evidente e objetiva, com potencial de proporcionar a construção de conhecimentos, renovando ideias e, como aponta Rangel, Delcarro e Oliveira (2019), construindo pontes entre o conteúdo, a sociedade e a população.

A plataforma utilizada para a sua confecção foi o Canva, na versão Pro, com fontes da própria plataforma, bem como imagens e ilustrações do seu banco de dados, inclusos na versão gratuita e/ou do plano assinado pela autora. As escolhas de cores, imagens e disposição do texto seguiram princípios de design para garantir harmonia visual, legibilidade e coerência estética ao material.



5 RESULTADOS

5.1 Caracterização sociodemográfica e afetivo sexual das professoras universitárias

A idade das participantes da pesquisa variou de 24 a 65 anos, com uma média de 43 anos ($\pm 10,1$ anos), onde 93,3% das mulheres corresponderam à idade adulta (24-59 anos). Em relação à localidade, destaca-se que 100% das professoras afirmaram residir em território urbano. Quanto à autodeclaração da cor da pele, 44,4% eram negras. Além disso, acerca da esfera religiosa, 55,5% informaram ser cristãs, conforme ilustrado na tabela 1.

TABELA 1. Características sociodemográficas das professoras universitárias (n=45). Crato, 2024.

VARIÁVEL	n	%
Idade		
<25	1	2,2%
25-59	41	91,1%
>60	3	6,7%
Cor da pele		
Preta	3	6,7%
Parda	17	37,8%
Branca	25	55,6%
Religião		
Católica	23	51,1%
Evangélica	2	4,4%
Espírita	4	8,9%
Religiões de matrizes africanas	1	2,2%
Outras religiões	3	6,7%
Sem religião	12	26,7%
Escolaridade		
Especialista	1	2,2%
Mestre	16	35,6%
Doutora	15	33,3%

Pós-doutora	13	28,9%
Departamento		
Enfermagem	15	33,3%
Educação	7	15,6%
Ciências Biológicas	8	17,8%
Educação Física	7	15,6%
Geociências	4	8,9%
Línguas e literaturas	1	2,2%
Ciências Sociais	2	4,4%
História	1	2,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Faz-se importante evidenciar que a média de renda mensal foi de 6,478 salários-mínimos¹ (mínimo=2; máximo=10; $\pm 2,5$). Todas trabalhavam 40 horas semanais, e no que diz respeito aos departamentos das professoras que responderam aos formulários, 66,7% eram do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Já no tocante às características afetivo-sexuais, apresentadas na tabela 2, salienta-se que 95,6% das participantes se identificaram como mulheres cisgênero, além disso, quanto à orientação sexual, 84,4% declararam ser heterossexuais, 11,1% bissexuais e 4,4% homossexuais. Em relação ao estado civil, 80% eram casadas ou estavam em uma união estável e 88,9% informaram estar em um relacionamento, onde o tempo prevalente foi de 11-20 anos (40%), com média de 13,92 ($\pm 9,6$ anos).

TABELA 2. Características afetivo-sexuais das professoras universitárias (n=45). Crato, 2024.

VARIÁVEL	n	%
Identidade de gênero		
Cisgênero	43	95,6%
Transgênero	1	2,2%
Não-binária	1	2,2%
Orientação sexual		
Heterossexual	38	84,4%
Bissexual	5	11,1%

¹ Valor do salário-mínimo vigente na época: R\$ 1.412,00.

Homossexual	2	4,4%
Estado civil		
Solteira	6	13,3%
União Estável	14	31,1%
Casada	22	48,9%
Divorciada	3	6,7%
Relacionamento atual		
Sim	40	88,9%
Não	5	11,1%
Tempo de relacionamento		
0-5 anos	9	22,5%
6-10 anos	6	15%
11-20 anos	16	40%
21-44 anos	9	22,5%
Número de intercurso sexual por semana		
0	5	11,1%
1	16	35,6%
2	16	35,6%
3	4	8,9%
4	3	6,7%
7	1	2,2%
Uso de medicamentos		
Sim	9	20%
Não	36	80%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Sobre o número de intercurso sexual por semana, o mínimo informado foi zero, o máximo sete e a média 1,76. Pontua-se que 80% das mulheres que participaram do estudo não faziam uso de nenhum medicamento, e dentre os medicamentos mencionados por aquelas que faziam o uso, foram citados os seguintes: antidepressivos, ansiolíticos, psicoestimulantes, antidiabéticos e anticoncepcionais.

É válido enfatizar que no formulário de pesquisa, após o questionário de características sociodemográficas e afetivo sexuais, as participantes responderam quais eram, na opinião delas, os principais elementos que deveriam estar contidos no guia pedagógico (produto educacional

sobre educação sexual, decorrente da pesquisa). A pergunta continha respostas de múltipla escolha, e foi observado que a categoria Violência sexual foi a mais mencionada, com 82,22% das participantes assinalando-a. A segunda categoria mais destacada foi Prazer sexual, mencionada por 77,78% das participantes. Métodos contraceptivos e de proteção à infecções sexualmente transmissíveis e Autoestima também apareceram com alta frequência, sendo mencionados por 75,56% e 73,33%, respectivamente. A Orientação sexual foi assinalada por 62,22% das participantes e Indicação de materiais audiovisuais por 46,67%.

No campo de sugestões abertas para elementos do guia pedagógico, as respostas mais comuns foram referentes ao autoconhecimento do corpo e da sexualidade, brinquedos sexuais, impacto de fatores sociais, culturais, psicológicos e econômicos que prejudicam a qualidade de vida sexual, bem como orgânicos em períodos como climatério e menopausa, afetividade nos relacionamentos, saúde mental, trabalho e direcionamentos de como/onde buscar ajuda profissional.

5.2 Função sexual das professoras universitárias

A avaliação da função sexual das professoras universitárias revelou dados interessantes, conforme apresentado na tabela 3. A média das respostas variou de 1,13 (Questão 7, relacionada à dor nas relações sexuais) a 4,58 (Questão 3, de estímulo das preliminares). A mediana das respostas foi, em sua maior parte, 4.

Nota-se que o desvio padrão variou de $\pm 0,812$ (Questão 3/Estímulo das preliminares) a $\pm 1,272$ (Questão 7/Dor) o que demonstra uma maior variação nas respostas de algumas questões, como a questão que investiga a dor, que também teve a maior variância da amostra (1,61).

TABELA 3. Estatística descritiva dos dados de função sexual das professoras universitárias (n=45). Crato, 2024.

VARIÁVEL	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MEDIANA	VARIÂNCIA DA AMOSTRA
Desejo e interesse sexual				
Q1- Pensamento e imaginação	2,71	$\pm 1,254$	3	1,57
Q2- Interesse sexual	3,96	$\pm 0,952$	4	0,90

Q8- Concentração	3,69	$\pm 0,949$	4	0,90
Preliminares				
Q3- Estímulo das preliminares	4,58	$\pm 0,812$	5	0,65
Excitação pessoal e sintonia com a parceria				
Q4- Lubrificação	4	$\pm 0,953$	4	0,90
Q5- Sintonia sexual	4,44	$\pm 0,813$	5	0,66
Conforto				
Q6- Relaxamento	4,20	$\pm 0,842$	4	0,70
Q7- Dor	1,13	$\pm 1,272$	1	1,61
Orgasmo				
Q9- Orgasmo	3,91	$\pm 0,949$	4	0,90
Q10- Satisfação sexual	4,09	$\pm 1,019$	4	1,03

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

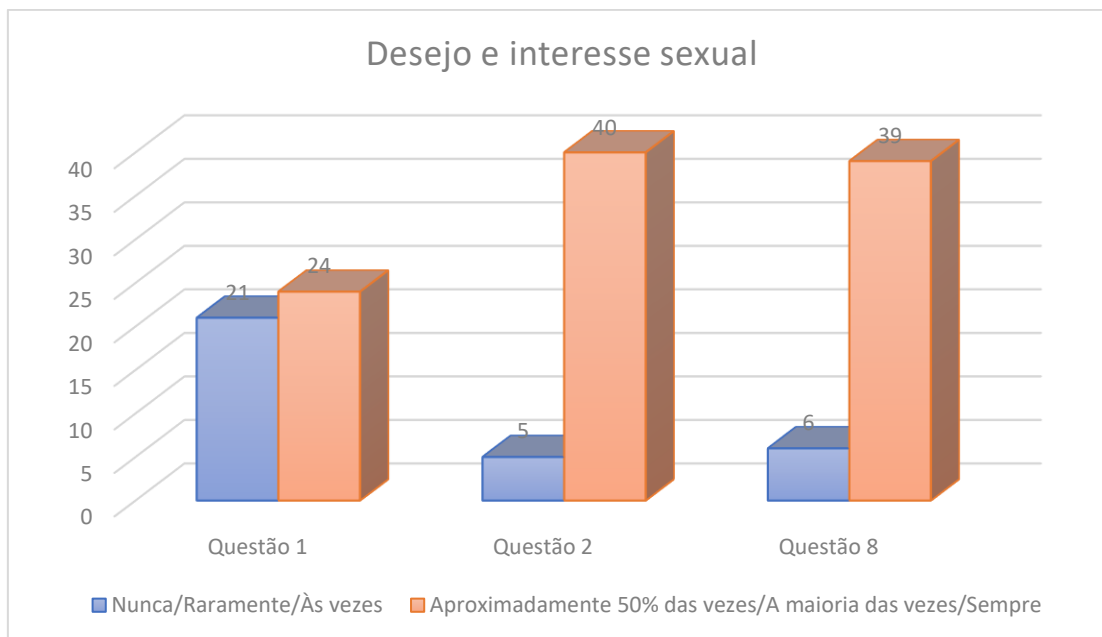
5.2.1 Desejo e interesse sexual

No domínio “desejo e interesse sexual”, composto pelas questões 1, 2 e 8, bem como indicado no gráfico 1, observou-se que 46,67% (n=21) das participantes nunca, raramente ou às vezes pensam espontaneamente em sexo, lembram ou se imaginam fazendo sexo.

Para 44,4% (n=20) das participantes, na maioria das vezes o interesse delas por sexo é suficiente para participarem da relação sexual com vontade, e sempre isso costuma ser suficiente para 31,1% (n=14) delas, sendo que para 11,1% (n=05), somente às vezes tal interesse é suficiente.

Sobre conseguir se envolver, sem se distrair (sem perder a concentração) durante a relação sexual, 86,6% (n=39) responderam que conseguem aproximadamente 50% das vezes, na maioria das vezes ou sempre.

GRÁFICO 1. Desejo de interesse sexual (n=45).

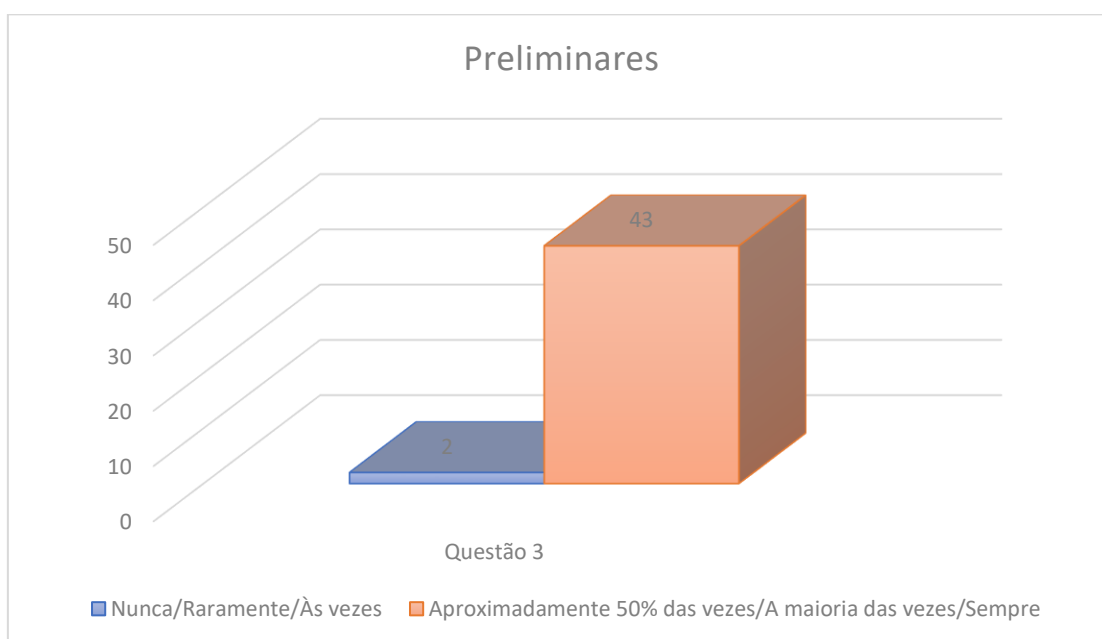


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.2.2 Preliminares

Para 95,6% (n=43) das professoras que participaram da pesquisa, com frequência, as preliminares (carícias, beijos, abraços, afagos etc.) as estimulam a continuar a relação sexual. Os dados em questão se encontram apresentados no gráfico 2.

GRÁFICO 2. Preliminares (n=45).

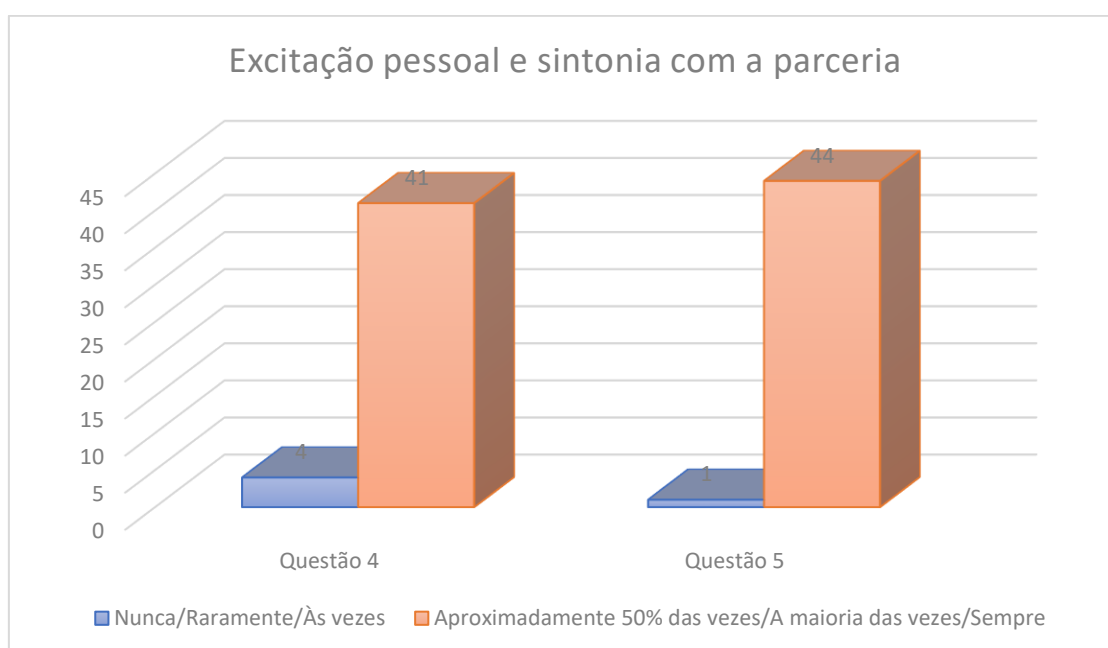


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.2.3 Excitação pessoal e sintonia com a parceria

Em relação à excitação pessoal e sintonia com a parceria, verificou-se que 48,9% (n=22) das mulheres, na maioria das vezes, costuma ficar lubrificada durante a relação sexual, enquanto 31,1% (n=14) selecionaram “sempre”. Além disso, 97,7% (n=44) das participantes se sentem mais estimuladas para o sexo à medida que a excitação da parceria vai aumentando.

GRÁFICO 3. Excitação pessoal e sintonia com a parceria (n=45).

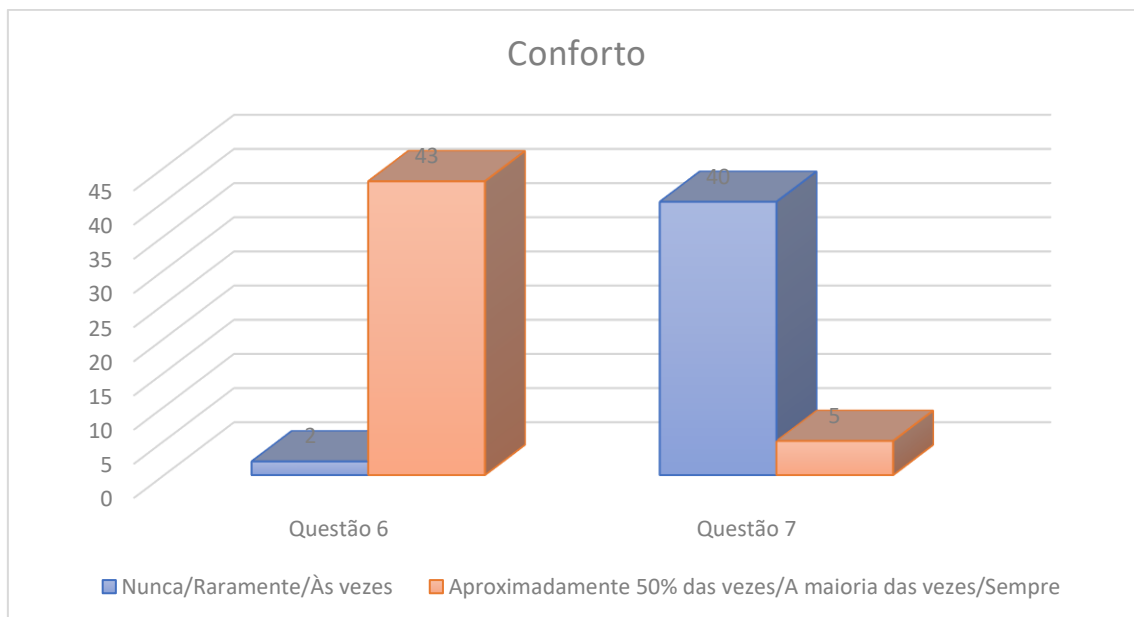


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.2.4 Conforto

Como ilustra o gráfico 4, no aspecto conforto, notou-se que 42,2% (n=19) das participantes sempre relaxa o órgão genital o suficiente para a penetração durante a relação sexual, enquanto 40% (n=8) relaxa o suficiente na maioria das vezes, 13,3% (n=6) aproximadamente 50% das vezes e 4,4% (n=4) às vezes. Sobre sentir dor durante a penetração, 88,9% (n=40) nunca/raramente/às vezes sentem.

GRÁFICO 4. Conforto (n=45).



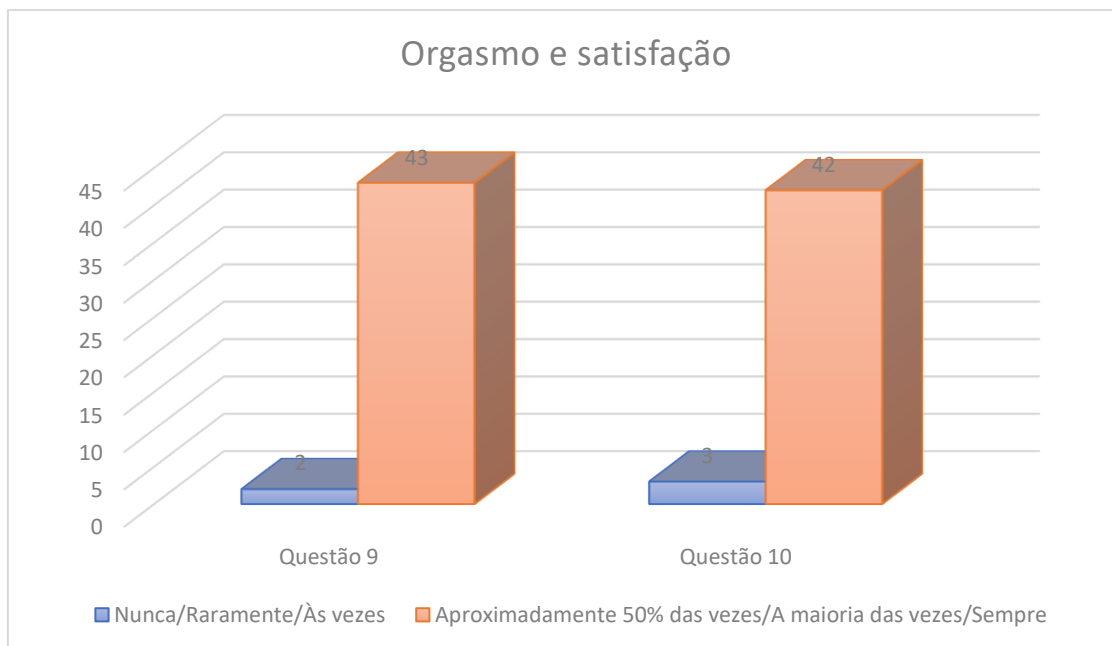
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.2.5 Orgasmo e satisfação

51,1% (n=23) das participantes consegue, na maioria das vezes, atingir o orgasmo nas relações sexuais, enquanto 24,4% (n=11) relata atingir sempre, e 20% (n=9) atinge aproximadamente 50% das vezes, como consta no gráfico 5.

Para 93,3% (n=42), com frequência o desejo sexual se apresenta a partir do grau de satisfação de suas relações sexuais, mas esse grau de satisfação é insuficiente para despertar desejo futuro em 6,6% (n=3) delas.

GRÁFICO 5. Orgasmo e satisfação (n=45).



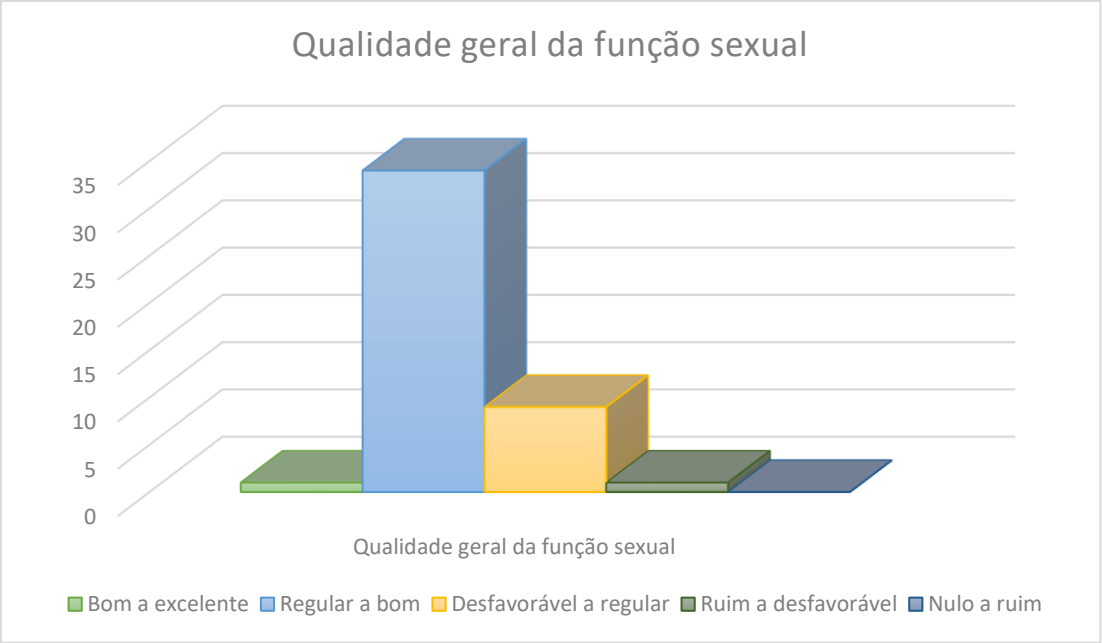
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.2.6 Desempenho e satisfação sexual

O escore das pontuações apresentou uma mediana de 66 pontos ($\pm 10,68$), variando de 28 (mínimo) a 90 (máximo). As informações coletadas e apresentadas no gráfico 6 apontam que 2,22% ($n=1$) das participantes obteve escore classificado como bom a excelente, enquanto o escore classificado como regular a bom foi pontuado por 75,56% ($n=34$) das participantes, logo, 77,78% ($n=35$) apresentaram escores acima de 62 pontos.

Entretanto, 20% ($n=9$) das professoras obtiveram escores ≤ 60 pontos, número indicativo de rastreio para disfunção sexual. A interpretação dos dados foi conduzida com base nos critérios estabelecidos pelo instrumento QS-F.

GRÁFICO 6. Qualidade geral da função sexual ($n=45$).



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.3 Qualidade de vida sexual de professoras universitárias

A avaliação das respostas do questionário de qualidade de vida sexual das professoras universitárias indicou que a média variou de 1,977 (Questão 1, que investiga a percepção agradável da vida sexual das participantes, e 9, que trata da proximidade com a parceria) a 5,533 (Questão 15, que aborda culpa). A mediana, em sua maioria, foi 6.

Por sua vez, o desvio padrão variou de $\pm 1,066$ (Questão 14/Evituação da atividade sexual) a $\pm 1,922$ (Questão 10/Preocupação com o futuro). A variância da amostra também foi mais alta na Questão 10/Preocupação com o futuro (3,694), sinalizando uma variação maior nas respostas em comparação com as outras questões, de acordo com o ilustrado na tabela 4.

TABELA 4. Estatística descritiva dos dados de qualidade de vida sexual das professoras universitárias (n=45). Crato, 2024.

VARIÁVEL	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	MEDIANA	VARIÂNCIA DA AMOSTRA
Satisfação sexual e relacional				

Q1- Vida sexual agradável	1,977	$\pm 1,453$	1	2,113
Q5- Sentir-se bem consigo	1,933	$\pm 1,286$	2	1,654
Q9- Proximidade com a parceria	1,977	$\pm 1,484$	1	2,204
Q13- Diálogo sobre questões sexuais	1,933	$\pm 1,484$	1	2,245
Q18- Satisfação com a frequência de atividade sexual	2,911	$\pm 1,755$	3	3,082
Sentimentos psicosexuais				
Q2- Frustração	4,977	$\pm 1,484$	6	2,204
Q3- Depressão	5,244	$\pm 1,299$	6	1,688
Q7- Ansiedade	5,088	$\pm 1,504$	6	2,264
Q8- Raiva	5,511	$\pm 1,236$	6	1,528
Q10- Preocupação com o futuro	3,622	$\pm 1,922$	3	3,694
Q16- Preocupação em magoar ou rejeitar a parceria	4,444	$\pm 1,828$	5	3,343
Q17- Sentimento de perda	5,111	$\pm 1,433$	6	2,055
Inutilidade própria				
Q4- Sentir-se menos mulher	5,511	$\pm 1,160$	6	1,346
Q6- Falta de autoconfiança	5,044	$\pm 1,795$	6	3,225
Q15- Culpa	5,533	$\pm 1,159$	6	1,345
Repressão sexual				
Q11- Falta de prazer	5,222	$\pm 1,294$	6	1,676
Q12- Vergonha	5,244	$\pm 1,448$	6	2,097
Q14- Evitação da atividade sexual	5,333	$\pm 1,066$	6	1,136

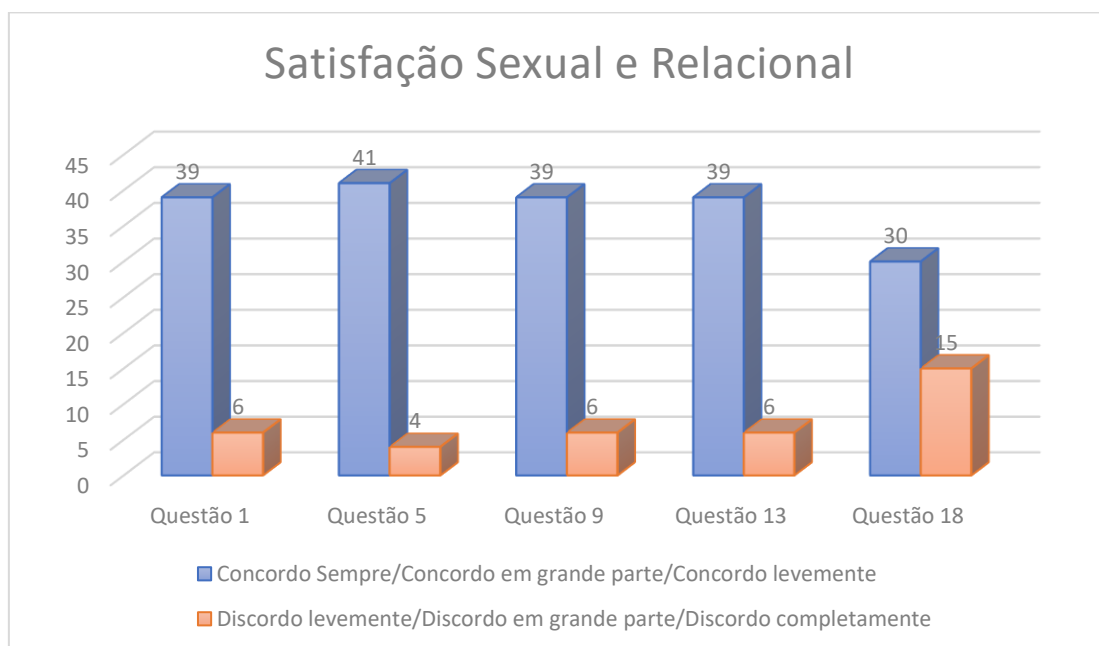
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.3.1 Satisfação sexual e relacional

Evidencia-se que na categoria de satisfação sexual e relacional identificou-se que 86,67% (n=39) afirmaram pensar em sua vida sexual como um aspecto agradável, enquanto

13,33% (n=6) discordam. Além disso, 91,11% (n=41) sentem-se bem consigo mesmas ao pensarem em sua vida sexual, e 86,67% (n=30) sentem-se próximas sexualmente de suas parcerias, contudo, 13,33% (n=6) não sentem que podem conversar com sua parceria sobre questões sexuais. Enfatiza-se que 66,67% (n=30) estão satisfeitas com a frequência de atividade sexual, seguindo o gráfico 7.

GRÁFICO 7. Satisfação sexual e relacional (n=45).



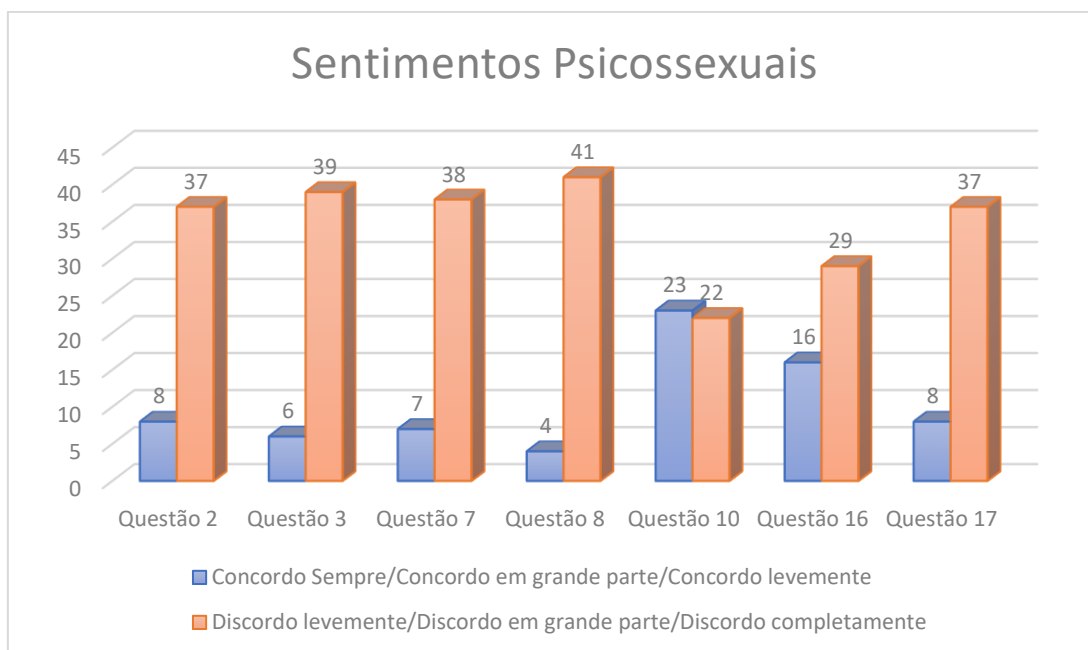
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.3.2 Sentimentos Psicosssexuais

Em relação aos sentimentos psicosssexuais, 17,78 (n=8) relatam frustração acerca da vida sexual, enquanto 82,22 (n=37) não se sentem frustradas. 13,33% (n=6) das participantes sentem-se deprimidas nesse contexto, 15,56% (n=7) sentem-se ansiosas, e 8,89% (n=4) afirmam sentir raiva.

Sobre preocupar-se com o futuro da vida sexual, 51,11% (n=23) das professoras concordam que se preocupam, e 82,22% (n=37) discordam sentir que perderam algo em relação à sua vida sexual. Ainda, 35,56% (n=16) apresentam a preocupação de que suas parcerias se sintam rejeitadas ou magoadas, enquanto 64,44% (n=29) não relaram essa preocupação. Esses dados encontram-se mais detalhados no gráfico 8.

GRÁFICO 8. Sentimentos psicosssexuais (n=45).

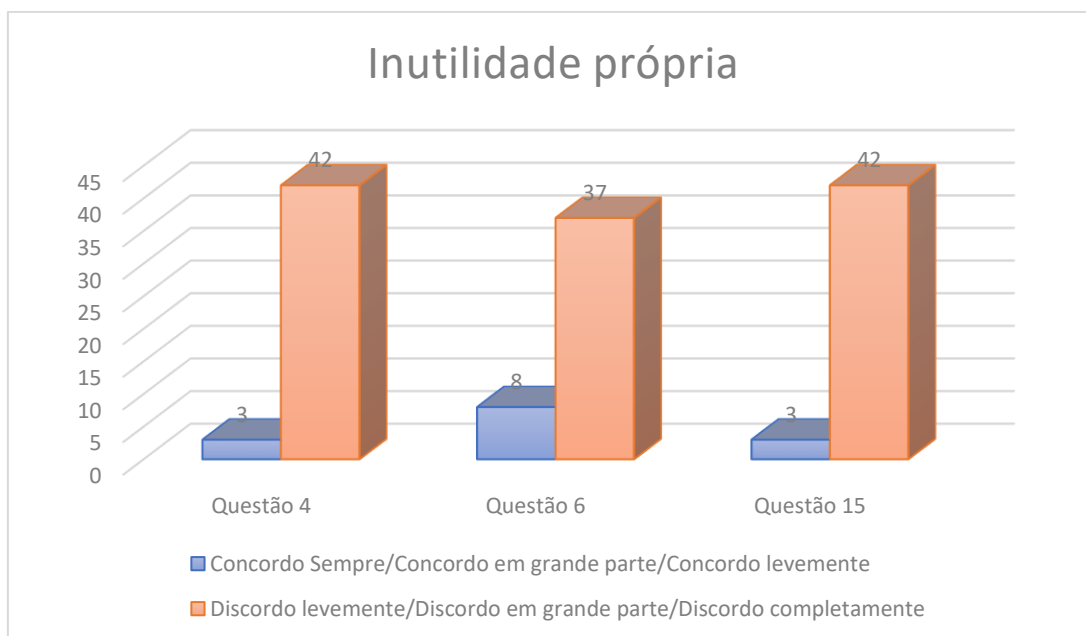


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.3.3 Inutilidade própria

Os resultados apontam que, ao pensarem em suas vidas sexuais, 6,66% (n=3) das participantes sentem-se menos mulher, enquanto 93,34% (n=42) discordam dessa percepção. Sobre a confiança em si como parceria sexual, 17,78% (n=8) relataram ter perdido essa confiança. Ademais, 6,66% (n=3) sentem culpa em relação à vida sexual, conforme ilustrado no gráfico 9.

GRÁFICO 9. Inutilidade própria (n=45).

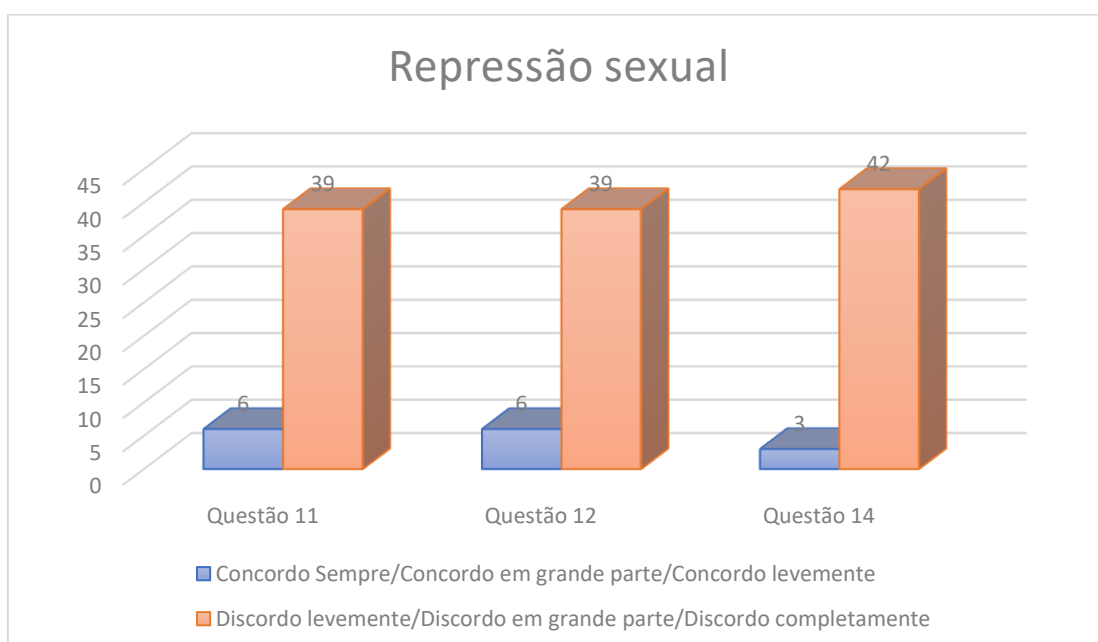


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.3.4 Repressão sexual

Como ilustra o gráfico 10, 13,33% (n=6) das professoras perderam o prazer na atividade sexual, enquanto 86,67% (n=39) não relataram alteração no prazer. Similarmente, 13,33% (n=6) sentem-se envergonhadas acerca de suas vidas sexuais, e 6,66% (n=3) tentam evitar atividade sexual.

GRÁFICO 10. Repressão sexual (n=45).

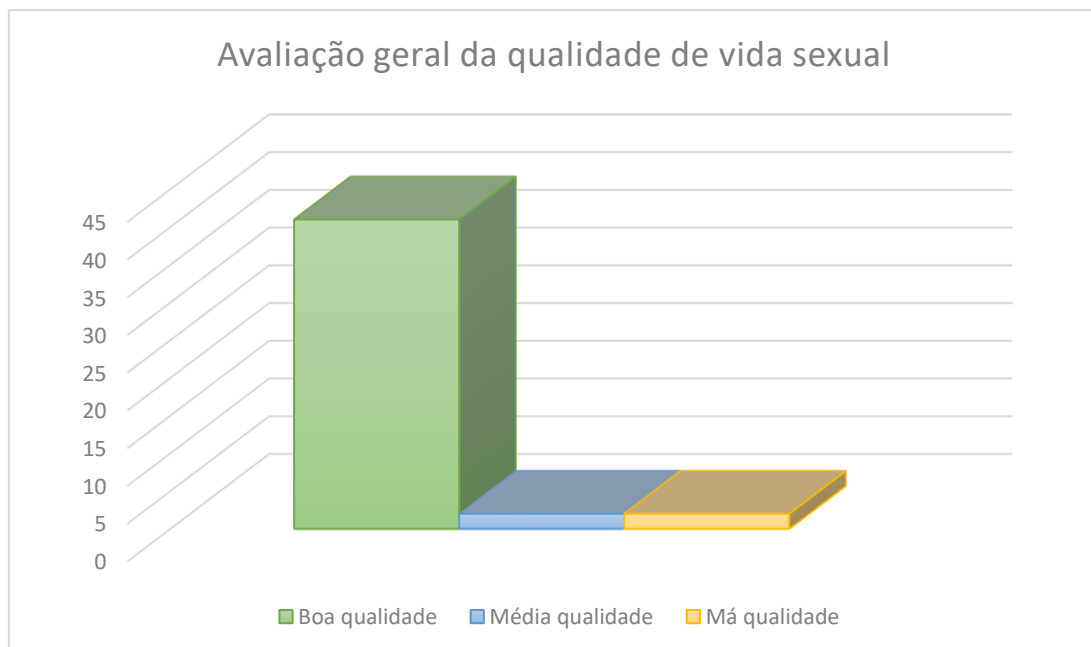


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

5.3.5 Avaliação geral da qualidade de vida sexual

O escore das pontuações do Questionnaire on Sexual Quality of Life – Female (SQoL-F) apresentou uma média de 90,2 e mediana de 96 pontos ($\pm 18,25$), variando de 24 (mínimo) a 108 (máximo). Além disso, 91,11% (n=41) das participantes obtiveram, na classificação da avaliação geral, escores indicativos de uma boa qualidade. Os dados foram interpretados com base nos critérios do questionário em questão e estão apresentados no gráfico 11.

GRÁFICO 11. Escore e avaliação geral da qualidade de vida sexual (n=45).



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

6 DISCUSSÕES

6.1 Caracterização sociodemográfica e afetivo-sexual das professoras universitárias

Pautar a temática de gênero no Ensino Superior, segundo Teixeira, Souza e Netto (2022), segue sendo um desafio apesar da sua ampliação nos debates midiáticos, e essa dialógica ainda se apresenta de maneira tímida em estudos e pesquisas da área no Brasil. Pensar gênero, em sua intersecção com raça, classe e sexualidade, por sua vez, se torna um desafio ainda maior.

A universidade é uma instituição social, como afirma Chauí (2003), e exprime a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, portanto, as práticas das desigualdades sociais, raciais, culturais e econômicas que atingem determinados grupos se reproduzem no mundo acadêmico, entretanto, conforme Nogueira (2017), também é nesse espaço em que se encontram as possibilidades de superação de preconceitos e desigualdades.

A história das mulheres no ensino superior no Brasil apresenta nuances de lutas e resistências para chegarmos aos avanços que temos hoje, sabendo que ainda há muito a traçar em um caminho de equidade, uma vez que as desigualdades sociais refletem nos espaços de trabalho e de educação. Por isso, se faz fundamental a discussão das repercussões da divisão sexual e racial do trabalho, que evidenciam uma intensa assimetria entre mulheres e homens e entre mulheres negras e brancas (Ferreira; Ferreira; Teixeira, 2022). Dessa maneira, a superação do trabalho doméstico e/ou precarizado como únicas formas possíveis de atuação só pode acontecer com investimentos em políticas de educação, participação política e políticas como as de ações afirmativas.

Nesse sentido, um dado significativo da pesquisa refere-se à composição racial das participantes, visto que se observou que somente 44,5% se autodeclararam como pretas ou pardas, possibilitando uma reflexão sobre o espaço das mulheres negras na docência do ensino superior. A partir dos microdados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2017, somente 16% das pessoas que davam aula em universidades públicas e particulares do Brasil de autodeclararam pretas ou pardas (Moreno, 2018).

Esses dados corroboram com uma problemática levantada na dissertação de Nascimento (2023): “Quantas professoras negras você teve na sua graduação?”, tornando urgente a discussão do mito da democracia racial, a importância da interseccionalidade nas leituras feministas e o reconhecimento das marcas da escravização e colonização no Brasil, compreendendo o sexismo e o racismo em sua atuação conjunta na exclusão social. Ainda, bell

hooks (1995) acentua que a luta por educação sempre se fez presente horizonte do povo negro, sendo o trabalho intelectual primordial para a luta por libertação de pessoas oprimidas.

Além disso, ressalta-se que 95,6% das professoras eram mulheres cisgênero, o que também nos faz refletir sobre a presença das pessoas transgêneros na universidade e na educação como um todo. Desse modo, Nascimento (2021), explora em seus estudos a realidade política e intelectual das identidades trans femininas, problematizando o fundamentalismo biológico e binário presente em discursos que excluem e silenciam a pluralidade feminina, conferindo às identidades trans um lugar de invisibilidade, patologização e marginalidade. Em sua obra, a autora questiona em quantos espaços acadêmicos as mulheres trans e travestis circulam e são convidadas como agentes epistemológicas de fala, e onde estão nos debates de saúde, segurança e educação.

A experiência da docência para as pessoas trans pode envolver elementos específicos, como dificuldades em sua formação e percurso profissional em relação ao nome social, uso de banheiros e sua liberdade de expressão de gênero, como pontuam Salvador e Franco (2022).

Similarmente, chama atenção que apenas 15,5% relataram orientações sexuais dissidentes. De acordo com Louro (1997), a cisheteronormatividade aparece como uma pedagogia da sexualidade desde a escola, disciplinando corpos de maneira sutil e fortalecendo a lógica dominante, afetando estudantes e docentes.

D'avila e Ribeiro (2023) acentuam que a política de identidade docente está relacionada diretamente com normas sociais, sofrendo influências da cisheteronormatividade. Isso pode gerar inseguranças para afirmar identidades sexuais, com o intuito de evitar preconceitos ao romper com o imaginário coletivo de como uma professora deve se comportar e se apresentar. Ademais, é cômico que esses marcadores, assim como o de raça, influem na representatividade dessas pessoas nos lugares de docência, por isso, a presença de professoras lésbicas, bissexuais e trans aponta para possibilidades de se construírem novos modos de existência e resistência – na vida e na docência (Silva; Ferreira; Dal'Igna, 2023).

Logo, as questões de gênero, raça, classe e orientação sexual, em suas desigualdades estruturais, têm efeitos no campo da educação, trabalho e saúde das pessoas, com impactos emocionais e sociais. Segundo Garcia, Ribeiro e Madeiro (2025), as estruturas de poder estabelecidas historicamente no processo colonial validam apenas as identidades sexuais que se encaixam na cisheteronormatividade e no ideal de brancura, posicionando-as em um modelo de excelência, normalidade e superioridade, associando atributos como beleza, inteligência e moralidade, inclusive interferindo a visão de como as pessoas são dignas de amar e serem amadas, marginalizando e inferiorizando identidades racializadas.

Nesse sentido, as autoras supracitadas dissertam que a hipersexualização e a objetificação dos corpos dessas mulheres podem impactar em dificuldades de conexão emocional, consigo e com o outro, onde muito se é discutido sobre a solidão da mulher negra em relações de afeto. Amor e sexo, dessa forma, não são questões somente individuais, mas políticas e sociais, portanto, o reconhecimento das mulheres – e todas elas! - do seu próprio corpo e prazer, bem como uma maior representação, visibilidade e engajamento em lutas, são questões primordiais para a validação de uma sexualidade que não se limita à submissão e fetichização.

Apesar da revolução sexual e do movimento feministas sabemos que muitas mulheres heterossexuais fazem sexo somente porque homens querem que elas façam, que jovens homossexuais, homens e mulheres, ainda não têm um ambiente de apoio público ou privado de afirmação da orientação sexual, que a iconografia sexista de uma madona ou de uma puta continua a afirmar a imaginação erótica de homens e mulheres, que a pornografia patriarcal agora permeia todos os aspectos da mídia de massa, que a gravidez indesejada está aumentando, que os adolescentes estão frequentemente fazendo sexo sem vontade e sem proteção, que em muitos casamentos e uniões de longa data, seja de mesmo sexo ou heterossexual, mulheres não estão fazendo sexo. Todos esses fatos chamam atenção para a necessidade de renovar o diálogo feminista sobre a sexualidade. Ainda precisamos descobrir as características de uma prática sexual libertadora. O respeito fundamentalmente mútuo é essencial para a prática sexual libertadora, assim como a convicção de que prazer e satisfação sexuais são mais alcançados em circunstâncias de escolha e acordo consensual. Dentro de uma sociedade patriarcal, homens e mulheres não conseguirão conhecer o prazer heterossexual sustentável, a menos que ambas as partes abram mão de seu pensamento sexista (hooks, 2018, p. 133).

Outro recorte relevante a ser destacado é o da escolaridade das professoras, como também a sua remuneração, para compreendermos o aspecto de classe, uma vez que 68,9% das mulheres possuíam a titulação de mestre ou doutora, com média de renda mensal sendo 6,478 salários-mínimos. Ainda, 100% delas tem carga horária de trabalho docente de 40 horas (que se distribuem em atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração), entretanto, se faz importante refletir, como limitação do estudo, sobre outros horários e modos de trabalho não remunerado que se fazem presentes no cotidiano da mulher brasileira.

Biroli (2018), ao discutir a divisão sexual do trabalho, evidencia que embora a industrialização tenha transferido parte da produção realizada no espaço doméstico para as fábricas, ainda há uma responsabilização desigual de homens e mulheres, onde o trabalho produtivo e não remunerado se faz a base do sistema patriarcal no capitalismo. As mudanças políticas conquistadas pelo feminismo, por exemplo, como o direito ao voto, propriedade, educação e até mesmo deixar um casamento, criaram um contexto favorável para o acesso ao

trabalho remunerado, potencializando a independência financeira, mas ainda há um trabalho de sobrecarga de cuidado que as mulheres exercem sem remuneração.

Há, de fato, um tipo de exploração que se efetiva porque o trabalho doméstico é realizado pelas mulheres, mas isso não significa que seja realizado nas mesmas condições por mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres ou por mulheres de diferentes partes do mundo. Ao mesmo tempo, o acesso ao mercado de trabalho também se dá de forma distinta, segundo raça, posição de classe e nacionalidade, se levarmos em conta os fluxos migratórios (Biroli, 2018, p. 34).

Desse modo, Federici (2017) pontua, através do conceito de acumulação primitiva sob a mulher, que atrelar a responsabilidade de cuidado doméstico-familiar ao feminino como dom nato está presente no processo de desvalorização profissional feminino, importantes para a acumulação capitalista, pautada na subordinação de mulheres e mecanização do corpo. Ainda, Delgado (2023) complementa que além dessa demanda, se faz presente o ideal de pureza moral e de beleza.

Meniconi, Feitosa e Silva (2002) pontuam que o desempenho do trabalho doméstico gratuito ou remunerado como "tarefa de mulher" no espaço privado, é um atributo do patriarcado que se apoia também na ideologia da maternidade para mulheres cis, assim, para os autores, na produção acadêmica, a estrutura na qual a universidade se insere obedece aos critérios do sistema neoliberal: a estrutura patriarcal que domina e explora corpos e vidas através da divisão do trabalho também afetam as professoras universitárias, mesmo em condições socioeconômicas de privilégio, visto que essa estrutura está a serviço da produção capitalista.

Além disso, as altas exigências de produção técnico-científica e administrativa, ensino, pesquisa e extensão pelas quais as professoras e professores estão submetidos, estão envoltas em uma dinâmica de sobrecarga, onde as mulheres sofrem também com o trabalho doméstico e cuidado com filhos, afetando a saúde mental por meio da exaustão e diversos outros fatores, podendo levar ao esvaziamento da atividade, interferindo na relação das mulheres com a sua própria vida (Reis, 2020). Por isso, é fundamental pensar também na saúde mental e qualidade de vida geral e sexual dessas mulheres.

Similarmente, refletir sobre como as mulheres passaram a conquistar maiores direitos de estudos e ocupar funções na docência é compreender que o ritmo não se deu de forma equiparada para todas as mulheres e, na perspectiva de Louro (2008), esse trabalho era visto como ideal para o gênero feminino, reforçando ideias de cuidado, apoio maternal e docilização, bem como mantendo vigilância constante para afastar as marcas de sua sexualidade. Ao passo

que suas sexualidades tentam ser invisibilizadas, constantes são as formas de objetificação desses corpos (presentes nas representações midiáticas, nos assédios morais e sexuais etc.), onde a luta se faz imprescindível para que o reconhecimento esteja em sua intelectualidade, incentivos de qualificação e qualidade de vida.

Essa discussão necessita estar ancorada com a reflexão crítica sobre os efeitos do capitalismo na sexualidade, em uma lógica cisheteronormativa e monogâmica. Com o surgimento dele, tornou-se necessária a repressão da energia sexual, direcionada agora ao trabalho - a linguagem sobre o sexo passou a ser controlada, como também as suas informações; o sexo se tornou domínio íntimo de um casal, por expressão reprodutiva, assim, a sexualidade muda-se para dentro de casa, a família conjugal a confisca, impõe-se um modelo (Foucault, 1985; Marsiglia, 2022).

Atualmente, novas formas de sexualidade se apresentam na televisão, nas redes sociais, músicas e roupas, onde o novo controle social se encontra na erotização da mulher, tornando-a um objeto de culto à beleza, apropriando-se mais uma vez desse corpo fetichizado, em lógica de poder e lucratividade, neutralizando a consciência política das mulheres ao inundá-las com informações e demandas mercadológicas (Marsiglia, 2022).

O culto à beleza está diretamente atrelado à imagem de juventude, sendo essencial dissertar sobre a sexualidade feminina no processo de envelhecimento, visto que engloba a interação de dimensões fisiológicas, psicológicas, sociais e culturais, dos quais observa-se estereótipos negativos que geram tabus, afetando a vida sexual de muitas delas (Fleury; Abdo, 2015).

Nesta pesquisa apenas 6,7% tinham idade igual ou superior a 60 anos. Assim, enfatiza-se que a persistente negação da interseção entre sexualidade e velhice em muitos contextos sociais reforça a ideia errônea de que o envelhecimento está necessariamente associado à perda do desejo sexual, especialmente no caso das mulheres idosas. Muitas dessas mulheres, influenciadas por atitudes machistas e pela vivência de uma sexualidade voltada ao prazer masculino e à reprodução, podem desenvolver barreiras emocionais, resultando em uma diminuição do interesse sexual na senilidade. Similarmente, fatores fisiológicos e também culturais, como a pressão social para aderir a padrões de beleza e juventude, bem como a ausência de apoio familiar contribuem para a sensação de inutilidade e de invisibilidade, dificultando a plena vivência da sexualidade nessa fase da vida. No entanto, algumas mulheres, ao se afastarem dessas influências, conseguem associar a satisfação sexual à qualidade dos relacionamentos e a aspectos psicoemocionais, promovendo uma visão mais positiva de sua

autoestima e do potencial para novas experiências e motivações (Souza *et al.*, 2022; Oliveira *et al.* 2023).

No tocante à religião das participantes, considerando que 55,5% afirmaram ser de religiões cristãs e 2,2% de religiões de matrizes africanas, o debate sobre a religião na educação é imprescindível. Para Lima Junior (2023), as instituições de ensino devem se dedicar à disseminação do conhecimento e à formação cidadã, promovendo igualdade, respeito e diversidade, sendo primordial a ascensão de grupos minoritários e a contemplação de debates sobre um aspecto tão presente na vida dos sujeitos e coletividades.

As diversas crenças e proposições religiosas ganham diferentes espaços no decorrer da história humana, não permanecendo somente nas instituições; mas extrapolam e se mesclam com a política, com a cultura, com os costumes locais. No Brasil, esse fenômeno se torna ainda mais complexo visto a multiplicidade cultural de cada cidade, estado ou região, que também incorpora práticas ancestrais de povos originários, colonizadores, imigrantes e escravizados que aqui chegaram. Algumas religiões são predominantes nesse cenário vasto e complexo, como o caso do cristianismo e suas vertentes: o catolicismo e o protestantismo (Rodrigues; Pereira, 2024, p. 01).

Ainda de acordo com Rodrigues e Pereira (2024), a religião possui influência nas instituições sociais e na promoção de ditames sobre como as pessoas podem e devem agir, sentir e pensar. Desde os tempos mais remotos, a religião desempenha um papel fundamental na história da humanidade, com reflexos na vida social, individual e política, sua presença virtual, nas formas de crenças, mitos e tabus acompanha o comportamento humano, inclusive na esfera sexual, ora impondo regras ora orientando o ser humano nessa dimensão (Duarte, 2017).

Segundo o IBGE (2015), o Brasil é um país com um expressivo número de indivíduos religiosos, onde 92% da população tem uma religião ou nutre aspectos espirituais em sua vida, logo, há inúmeros caminhos para se pensar suas percepções sobre sexualidade. Toda religião, conforme Duarte (2017), formula suas próprias normas morais, e tem algum nível de presença sutil no cotidiano de todas as pessoas, inclusive nas que não possuem religião: está na cultura, nas leis, nos valores, na educação, na medicina e no comportamento sexual. Questões como adultério, homossexualidade, masturbação, virgindade, casamento, divórcio e aborto são discutidas e tratadas nas óticas religiosas.

Nas escolas professores ainda encontram dificuldades de tratar o tema da sexualidade com seus alunos; muitos pais encontram barreiras para falar sobre o assunto com seus filhos; a mídia resiste em apresentar o contato homossexual (embora algumas telenovelas já tenham feito de maneira

discreta). Apesar de a virgindade não ocupar mais um lugar de destaque na sociedade, a masturbação feminina por sua vez ainda é vista como tabu. Todas essas restrições advêm de um passado religioso que separou a sexualidade da natureza humana, como se ela fosse algo perigoso, vergonhoso e que deve ser transcendida (Duarte, 2017, p. 95).

O discurso religioso, como afirma Del Priore (2011), envolveu a ideia de que as mulheres deveriam abafar e reprimir seus desejos desde muito cedo, não caindo - ou sendo, tentações. E como salienta hooks (2018), muitas mulheres buscam caminhos espirituais alternativos às religiões patriarcais fundamentalistas.

Ademais, destaca-se que a região do Cariri é marcada por números alarmantes de violência contra mulheres (Observatório da Violência no Cariri/URCA, 2018) e feminicídios (Alves, 2023), com influências de uma cultura machista, desigualdade econômica e falta de educação de gênero, que compõem um problema grave de saúde pública (Oliveira; Carneiro, 2022). Além disso, essa também é uma região marcada pela religiosidade, especialmente católica e com construções de santidade feminina a partir da ideia de castidade, como é o caso da história de Benigna Cardoso da Silva, jovem estuprada e assassinada quando ia pegar água de um poço próximo de sua casa, na cidade de Santana do Cariri/CE, despertando a sensibilidade da população e iniciando o processo de beatificação (Silva, 2023). Considera-se relevante esse destaque para a compreensão de que nossa pesquisa se localiza em um território repleto de nuances e representações específicas.

Portanto, é cômico que na história da sexualidade feminina, a vida sexual das mulheres esteve embasada em padrões morais, éticos, comportamentais, entre outros, presentes em aprendizagens práticas – seja na igreja, família, instituições legais e médicas (Louro, 2008).

Muitas dessas aprendizagens, inclusive, produziam introjetos de que as mulheres deveriam viver para família, em lugar de submissão no casamento, zelando pelo lar e cuidando da casa e filhos, onde o saudável seria não ter desejos ou prazeres sexuais, sendo a finalidade do sexo no matrimônio a reprodução humana, em uma dualidade entre representações: de um lado as reprodutoras, de outro as erotizadas vistas como amantes. Assim, o mundo feminino ocupa um lugar a ser vigiado, punido, condenado ao degredo de pecados silenciosos, englobando medo, silêncio, recato e fantasia (Oliveira; Rezende; Gonçalves, 2018).

A maioria das mulheres (88,9%) encontravam-se em um relacionamento atual, portanto, a discussão de casamento e família se torna um tópico fundamental.

Com o impulso do movimento feminista, é notório que se tornaram viáveis novas ideias sobre casamento, liberdade sexual e, com o advento da pílula contraceptiva e outros métodos contraceptivos e de saúde sexual, as mulheres puderam enxergar seu corpo e sua sexualidade

para além do viés reprodutivo e para além do casamento (por isso hoje conseguimos ter uma pesquisa em que mulheres não casadas relatam vida sexual ativa e o sexo com finalidade de prazer e satisfação). Além disso, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a conquista em lugares públicos propiciou questionamentos, reflexões e diálogos (Oliveira; Rezende; Gonçalves, 2018; Marsiglia, 2022).

Tentando romper com as polaridades de representações sobre a vida sexual de mulheres, hooks (2018) enfatiza que o movimento feminista auxiliou em novas compreensões.

Tenho medo só de imaginar um mundo em que toda vez que uma mulher for sexual ela corra o risco de engravidar; de imaginar um mundo em que homens querem sexo e mulheres temem o sexo. Nesse mundo, uma mulher que tem desejos provavelmente encontrará a interseção entre seu desejo e seu medo. Não acumulamos relatos suficientes que contam o que mulheres faziam para afastar as iniciativas sexuais dos homens, como elas lidavam com os contínuos estupros maritais, como elas lidavam com o risco de morte quando lidavam com uma gravidez indesejada. Sabemos que o mundo da sexualidade da mulher mudou para sempre com o surgimento da revolução sexual (hooks, 2018, p. 127).

Hoje temos novas concepções de família, relacionamento, casamento, amor e sexualidade. Ainda assim, há muito o que avançar, como ressalta Beauvoir (1971), os direitos das mulheres não são garantias permanentes, pois podem ser questionados em momentos de crise política, econômica ou religiosa, tornando essencial a vigilância constante ao longo da vida.

Quanto ao tempo de relacionamento, onde 62,5% das participantes relataram estar em uma relação entre 11 à 44 anos de duração, é importante discutir sobre sexualidade em relacionamentos mais longos. Em seu estudo sobre intimidade e sexualidade em casamentos longevos, Simões e Both (2013) contemplam que esses fatores são estimulados quando as pessoas se sentem aceitas, envolvidas e com liberdade na relação com o outro, bem como suas próprias concepções de relação, contudo, um relacionamento longo também abarca rotinas que podem vir a dificultar a manutenção e atualização do interesse e desejo sexual um pelo outro, bem como outros componentes importantes para um relacionamento. Sobre o sexo, pode haver diminuição em quantidade, entretanto, é possível falar em ganhos em qualidade, se houver o constante conhecimento do próprio corpo e do corpo do outro, reformulando possibilidades de sedução e erotização. Um recorte não abordado na nossa pesquisa é sobre relacionamentos não monogâmicos, que pode vir a ser mais bem investigado em pesquisas futuras.

O uso de medicamentos também pode afetar a função sexual, e 20% das participantes relataram fazer uso de medicações como antidepressivos, ansiolíticos, psicoestimulantes,

antidiabéticos e anticoncepcionais. Por isso, pensar saúde sexual é pensar saúde integral. Dessa forma, estudos mostram que a função sexual pode ser afetada por múltiplos fatores como doenças endócrinas e vasculares, alterações hormonais advindas da amamentação e menopausa, uso de medicamentos citados pelas participantes, disfunções do assoalho pélvico, fatores de vulnerabilidade psicológica e sexual, e fatores sociodemográficos e de parceria discutidos aqui (Alves, 2021; Doak; Rogers, 2020; Lara et al., 2019; Mendonça et al., 2012).

O número de intercurso sexual por semana teve média de 1,76 e, em comparativo com um estudo de Abdo et al. (2002), esse número foi 2,8, além disso, destaca-se como uma limitação do estudo que, com a aplicação de formulário *online*, algumas mulheres, mesmo com vida sexual ativa, responderam “zero”, talvez pela pergunta abranger o intercurso semanal em si, e algumas delas não terem uma periodicidade semanal, mas esporádica.

6.2 Função sexual, qualidade de vida sexual das professoras universitárias e caminhos da pesquisa

Neste estudo, observou-se predominância de mulheres com escore regular a bom na esfera da função sexual (75,56%). Esses resultados corroboram com a pesquisa de Depieri, Grossi e Finotelli Jr (2016), onde a maioria das entrevistadas (mulheres de 18 a 49 anos que responderam questões também por meio eletrônico) apresentou uma satisfação sexual de maneira geral e ausência de disfunções sexuais.

O domínio de desejo e interesse sexual revelou que a maioria das participantes deste estudo costumam pensar em sexo, enquanto 20% disseram raramente imaginar cenários sexuais. Isso sugere que, para muitas, o desejo sexual não é uma constante. O desejo sexual tem um importante papel na resposta sexual feminina (Kaplan, 1997; Basson, 2008), englobando fantasias, sensações subjetivas de prazer e acompanha modificações fisiológicas para outras respostas (Rodrigues et al., 2021).

Muitos estudos apontam a diminuição de desejo entre mulheres como uma queixa sexual frequente (Abdo et al., 2010; Depieri, Grossi, Finotelli Jr, 2016), o que pode abranger sofrimento, angústia e conflito entre casais (Abdo, 2004), fazendo inclusive com que muitas mulheres não consigam retornar espontaneamente à fase do desejo e só retornem ao ciclo sexual motivadas pelo desejo do parceiro (Basson, 2000).

O desejo sexual pode ser afetado por fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais, tendo em vista as crenças e valores dessas mulheres sobre o sexo, a satisfação com o relacionamento e qualidade de comunicação com a parceria (Abdo et al., 2010).

Para Araújo e Zanello (2024), a cultura sexista, com papéis sexistas bem-marcados pelo gênero, configura-se como um dos influenciadores negativos do desejo, junto da ausência de educação sexual, manutenção de crenças conservadoras, relacionamentos assimétricos, onde há escassez de afetos e desvalorização dos desejos da mulher por carinho e envolvimento, assim como a sobrecarga de trabalho. Nesse sentido, um estudo de Abdo et al. (2002) indicou que a falta de desejo sexual é a principal queixa de 34,6% das mulheres.

Para grande parte das mulheres deste estudo (44,4%), o interesse próprio por sexo é, na maioria das vezes, suficiente para participar da relação sexual com vontade, mas para 11,11%, somente às vezes é. Essas percepções são importantes e estão em consonância com o que foi observado na pesquisa de Oliveira, Rezende e Gonçalves (2018), onde muitas mulheres têm valorizado seu próprio prazer sexual, rompendo ideias históricas de que mulheres devem negá-lo ou esquecê-lo para proporcionar prazer somente ao outro, ou focar somente na reprodução. Infelizmente, como também ressaltam as autoras, muitas mulheres ainda se sentem passivas e submissas aos desejos sexuais dos parceiros, mantendo relações para a satisfação do outro, por vezes sem vontade, evitando a relação, por isso é tão crucial o conhecimento do próprio corpo, e ideia de obtenção do prazer em mutualidade.

Para mulheres idosas, existem algumas barreiras na expressão do desejo sexual, como os estereótipos sociais, preconceitos, falta de privacidade e crenças de que a viuvez encerra a vida sexual, mas a realidade é que, com o envelhecimento, a atividade e os pensamentos sexuais podem diminuir, mas não o interesse em manter relações mais íntimas (Fleury; Abdo, 2022).

No domínio das preliminares, foi mais prevalente para as professoras que as carícias, beijos, abraços e afagos a estimulavam a continuar a relação sexual, o que corrobora com o estudo supracitado de Abdo et al. (2002), onde afeto e carinho foram os dois elementos considerados mais importantes em um relacionamento sexual para 71,3% das mulheres.

A esfera da excitação pessoal e sintonia com a parceria mostrou que as professoras costumavam ficar lubrificadas na maioria das vezes, e sempre se sentiam estimuladas à medida que a excitação da parceria aumentava. Esses aspectos são primordiais para o domínio de conforto, onde a maioria relatou que sempre relaxava o órgão genital para a penetração, e nunca ou raramente costumava sentir dor.

Similarmente, é cômico que o orgasmo é uma fase significativa da função sexual, configurando-se como o ápice do prazer, contemplando uma sensação de bem-estar geral e de relaxamento muscular (Dantas et al., 2020). Halbe (2000), por sua vez, enfatiza que o fenômeno do orgasmo não se localiza apenas nos órgãos genitais, mas tem efeitos em outras áreas do

corpo, com contrações, elevação dos batimentos cardíacos e da pressão arterial, bem como aumento do ritmo da respiração.

Reich (1978) descreve-o, em "a função do orgasmo", como energia do prazer, sendo a potência orgástica a capacidade de abandonar-se, livre de quaisquer inibições, ao fluxo de energia biológica, descarregando completamente a excitação sexual reprimida.

Neste estudo, 51,1% atingiam o orgasmo na maioria das vezes em que pratica relações sexuais. Já no estudo de Abdo et al. (2002), 29,3% relataram dificuldades de orgasmo. Em uma revisão sistemática de Wolpe et al. (2017), identificou-se variação de 55,4% de disfunções sexuais atreladas ao orgasmo. Silva e Damasceno (2019) também notaram em seu estudo com universitárias que mesmo as participantes que se apresentaram satisfeitas com a vida sexual relataram dificuldades para atingir o orgasmo. Para muitas mulheres, há evidências de que a masturbação está relacionada a orgasmos mais consistentes em comparação ao sexo com parceria (Fleury; Abdo, 2015).

Para muitas mulheres, o orgasmo, assim como a masturbação, é um grande tabu e desafio presente na repressão da sexualidade feminina, reforçado inclusive por pesquisas científicas baseadas em parâmetros masculinos que refletem na escassez de estudos sobre o prazer da mulher, orgasmos e satisfação. Todavia, novas descobertas científicas e mudanças culturais têm buscado compreender a diversidade das experiências das mulheres, até mesmo entendendo orgasmo não apenas como sintomas físicos, mas toda a sua representação psicossocial e benefícios para autoestima, identidade e relações interpessoais. Dentre seus benefícios, é notório o alívio do estresse, da ansiedade e de algumas dores, bem como fortalecimento da imunidade, melhorando sono, protegendo o coração e ampliando o autoconhecimento e conexão. As dificuldades para atingir o orgasmo podem acontecer ao longo da vida, visto que existem muitos aspectos que podem interferir no campo da sexualidade (Rodrigues, Oliveira e Silva, 2023).

Notando a prevalência de dificuldades sexuais em 21,9% das entrevistadas entre 18 a 45 anos em espaços da saúde, Prado, Mota e Lima (2010), em uma pesquisa sobre função sexual, frisam que dados como esses apresentam diversidades entre si, tendo em vista a diversidade de sistemas classificatórios e métodos de avaliação, como também escassez de dados. Embora haja divergências entre estudos, autores apontam que a prevalência de disfunção sexual na população feminina ainda é considerada alta no Brasil, repercutindo negativamente na função sexual e qualidade de vida sexual (Souza Junior et al., 2023).

O estudo de Prado, Mota e Lima (2010) percebeu ainda que a relação do nível de escolaridade com disfunção sexual já teve apontamentos de associação positiva na literatura,

tanto entre disfunção sexual e baixo nível de escolaridade, como nível elevado de escolaridade e maior prevalência de disfunção sexual. Isso pode ser justificado pela possibilidade de que fatores de estresse físico e emocional aos quais mulheres de diferentes níveis socioeconômicos são submetidas.

Mulheres de baixa renda têm piores condições de saúde, trabalho e lazer. No entanto, aquelas de maior poder aquisitivo, muitas vezes inseridas em mercados de trabalho altamente competitivos e que demandam cada vez mais qualificação, lidam com a estressante incumbência de ascender profissional e economicamente sem deixar de lado as suas obrigações familiares. Assim, temos dois grupos de mulheres submetidas a diferentes fatores desencadeantes de estresse, porém com a mesma capacidade de comprometer a qualidade de vida, em especial no que diz respeito à sua função sexual (Prado; Mota; Lima, 2010, p. 142).

As autoras supracitadas também refletem que mulheres que acompanham de forma mais lenta as novas tendências de liberdade sexual, independentemente do nível socioeconômico, estão mais propensas a um maior constrangimento em relação ao tema, devido aos mitos e tabus.

Quanto à qualidade de vida sexual das mulheres da presente pesquisa, identificou-se aqui que 91,11% obtiveram escores indicativos de boa qualidade. A qualidade de vida sexual possui correlação com aspectos como expressão de desejos, valores, satisfação sexual e com a parceria, imagem corporal, sensação de autoeficácia sexual, habilidades e práticas sexuais, de acordo com Pereira e Souza (2022).

A qualidade de vida sexual está diretamente ligada à qualidade de vida como um todo, que se relaciona com contexto individuais e coletivos, assim como fatores como estilo de vida, estado emocional, satisfação com a saúde, autoestima, escolaridade, bem-estar, nível socioeconômico, relações sociais, autocuidado, valores ético-culturais, segurança, religião, relações familiares, dentre outros (Souza Junior et al., 2023; Costa et al., 2018; Lima et al., 2017).

Em seu estudo, Abdo et al. (2002) notaram que os homens entrevistados referiram melhor qualidade de vida sexual que as mulheres, e a insatisfação nesse âmbito teve aumento considerável a partir da idade (principalmente para homens).

No domínio de satisfação sexual e relacional, 86,67% das professoras percebiam a sua vida sexual como agradável e 91,11% se sentiam bem acerca dela. Esses dados se relacionam com um dado significativo de Rodrigues et al. (2019), onde foi observado que mulheres (no

caso do estudo em questão, idosas) ativas e satisfeitas com sua vida sexual, por exemplo, apresentaram melhor qualidade de vida nos componentes físicos e mentais.

Ademais, compreendendo que 13,33% informaram que não se sentiam próximas sexualmente de suas parcerias, é válido destacar que a qualidade da comunicação na relação é primordial para a qualidade de vida sexual.

Estudos indicam associação entre grau de intimidade com parceiro sexual, intimidade emocional e satisfação sexual com o parceiro. Entretanto relacionamento com maior duração mostrou efeitos adversos na sexualidade em estudo realizado com mulheres de meia idade. Algumas possíveis explicações incluem a habituação, rotina, papéis de gênero, assim como concentração de interesses, e outros problemas como conflitos e dificuldades de comunicação um com o outro (Rodrigues et al., 2021, p. 9).

Nesse sentido, Depieri, Grossi e Finotelli Jr (2016) acentuam como muitas mulheres ainda consideram que falar ou gostar de sexo pode ser motivo de reprovação familiar, social e da própria parceria, se preocupando com faltas de compreensão das parcerias em relação aos desejos e práticas sexuais, de tal maneira, a falta de espaço para reflexão pode envolver sensações de vergonha e culpa.

Sobre essas esferas, visto que 6,66% sentiam culpa referente à vida sexual e 6,66% tentavam evitar atividade sexual, salienta-se que esses fenômenos podem ser gerados por meio da internalização do controle do desejo, fruto dos rígidos códigos de gênero, podendo fazer com que se sintam desvalorizadas como mulheres elegíveis e até mesmo dignas de ser escolhida por um homem, dentro da lógica de relações de poder heterossexuais (Araújo; Zanello, 2024).

Outrossim, 13,33% das participantes sentiam-se deprimidas nesse contexto, 15,56% sentiam-se ansiosas, e 8,89% afirmaram sentir raiva. Essas dimensões englobam o campo da saúde mental das mulheres, que se conecta com questões sociais de relações de gênero, assim sendo, o suporte psicológico e integral em saúde e educação é essencial (Andrade; Martins, 2023).

A falta de educação sexual adequada também faz com que a mulher absorva a ideia de sexo proibido e cheio de culpa, tão presente na cultura e na distorção dos ensinamentos sociais e/ou religiosos, que podem, inclusive, fazer com que mulheres escondam sintomas e vulnerabilidades, tendo desconfortos no campo da sua sexualidade e vivenciando isto de forma silenciosa por medo do julgamento (Marsiglia, 2022). Essas questões dificultam até mesmo a confiança da mulher em si como parceria sexual, fator identificado em 17,78% das nossas participantes, que podem sentir que perderam algo em relação à sua vida sexual, se preocupando com o futuro e sentindo-se frustradas.

Essas problemáticas podem ser prevenidas com educação sexual de qualidade, que eduque meninas e mulheres a conhecerem e cuidarem dos próprios corpos, conhecendo seus direitos sexuais, métodos contraceptivos e de segurança sexual, bem como ampliação de práticas sexuais que valorizem o prazer feminino.

Segundo Abdo et al. (2002), mulheres em nosso meio mostraram-se mais inibidas para falar sobre sexo do que homens, o que implica em prevenção, tratamento e pesquisa, assim, os autores alertam que ao serem elaborados questionários para aplicarmos nas populações, deve-se levar em consideração que as mulheres terão maior dificuldade em respondê-los. Em concordância, Oliveira, Rezende e Gonçalves (2018) enfatizam que falar sobre esses assuntos ainda rende muitos tabus, fazendo com que inúmeras pessoas, especialmente mulheres, não consigam conversar a respeito, fenômeno que está interligado com uma cultura que pouco educa mulheres a valorizarem os próprios desejos, logo, o tema deve ser tratado para propiciar conhecimentos, rompendo padrões e conceitos errôneos.

Dessa forma, essa se mostrou a grande dificuldade de nossa pesquisa, o que afetou a coleta e análise dos dados, fazendo com que o presente estudo não tenha alcançado a amostra pretendida, mas nos indicou um resultado importante: a dificuldade de falar sobre sexualidade é um fato em nossa sociedade.

Das 156 professoras convidadas a participar da pesquisa, somente 47 aceitaram responder ao formulário. A coleta levou mais de quatro meses, devido à dificuldade em adesão: inicialmente, os questionários foram enviados por e-mail, com todas as informações de sigilo e ética, posteriormente, notando a baixa adesão, foram realizados panfletos físicos e virtuais de convite, bem como visitas presenciais ao campus, buscando contatos com alguns departamentos, educando sobre a pesquisa com avisos em salas de aula. Por vezes, as pessoas recebiam bem o assunto e realçavam a importância, por outras vezes, as feições mudavam completamente quando o tema da pesquisa era narrado. Alguns professores aceitaram a nossa breve participação em sala de aula e/ou nas reuniões, outros não. Não aceitar participar da pesquisa é um dado, não aceitarem a nossa visita em sala de aula e nas reuniões também é um dado, representando o cenário vivo de repressão de diálogos acerca da sexualidade das mulheres.

Em uma das visitas, algo chamou atenção: em uma tarde de reunião de colegiado de um curso da área da saúde que aceitou com muita disponibilidade a nossa participação, conversamos um pouco sobre a pesquisa, a temática e sua relevância, as professoras receberam um panfleto com o QR CODE, e ao final, um dos professores perguntou, em tom de brincadeira "Por que não entrevistar nós homens também? Nós gostaríamos de responder!", os outros

professores homens riram e conversaram a respeito: eles estavam confortáveis com a ideia de falar sobre sua sexualidade e atividades sexuais. Esse momento me fez refletir, enquanto pesquisadora, o quanto ainda é difícil, mesmo em um espaço de ensino superior, a disparidade de falar sobre o tema entre homens e mulheres, uma vez que ficou nítido que ainda é desafiador as mulheres falarem sobre sua própria sexualidade, sendo essa ainda uma postura subversiva que reafirma o nosso lugar de silêncio sobre os nossos corpos.

Relato isso pois, ao passo que essa fala aconteceu, também ouvi, enquanto pesquisadora, professoras relatando o quão achavam as perguntas absurdas e invasivas: “como assim vou responder quantas vezes faço sexo por semana?”, “estão me perguntando sobre orgasmo!!”. Levantar essa questão como dificuldade presente na pesquisa em nenhum momento tem o intuito de questionar a escolha individual de cada convidada, afinal, todo sujeito tem direito a não responder uma pesquisa ao sentir-se desconfortável ou constrangido.

É curioso que esse tema desperte tantas polêmicas, e que mesmo em uma universidade, que tem como objetivo fomentar a pesquisa e contribuir para discussões acerca da educação, ainda exista tanta resistência ao tema da sexualidade e pouco incentivo a contribuir (não somente participando, mas divulgando, abrindo espaços) com as pesquisas de seus próprios pesquisadores. Ainda existem rupturas nesses diálogos, ainda existem portas fechadas e ainda existem silêncios. Como esses debates são silenciados também em sala de aula, e/ou no cotidiano educacional? Como reproduzimos esses tabus? Como estamos formando novos educadores e profissionais?

Pesquisas apontam relações entre escolaridade, desejo sexual e, consequentemente, qualidade de vida sexual (Pereira *et al*, 2022). Havia uma hipótese da pesquisadora de que a universidade receberia com mais facilidade esse debate, uma vez que discutimos em sala de aula o quanto a sexualidade está presente na educação, mas ainda fechamos os olhos para ela, quando se trata da prática. O atual estudo não pretende responder esses levantamentos, mas visualizá-los como horizontes de reflexões.

Essa problematização objetiva, justamente, compreender como são reproduzidas em diversos espaços as implicações de uma cultura sexista sobre nossos corpos, em relações de poder, submissão e repressão do corpo e da sexualidade feminina, em uma educação sexual que opera em nome da normativa e do silenciamento. Por isso, como enfatizado no método, é cômico que toda pesquisa envolve benefícios e riscos, e o constrangimento, vergonha e medo foi minimizado, com a presença acolhedora e educativa da pesquisadora, que enfatizou compreensão e ouviu com atenção o que foi dito, garantindo o direito das participantes de participarem ou não.

Imagina-se que, para muitas dessas mulheres que se recusaram a participar, os motivos são diversos: podem não se sentir confortáveis, podem não estar contempladas pelos critérios de inclusão, e/ou o tema pode ser um tabu ou gatilho, e algumas delas podem ter um medo de que suas informações íntimas sejam usadas contra elas, ou para classificá-las e enquadrá-las em parâmetros morais e/ou patologizantes.

Contudo, almeja-se aqui utilizar da divulgação do questionário e suas respostas como ferramenta de reflexão, autoconhecimento e contribuição científica, compreendendo como qualidade de vida sexual aparece na educação e seus efeitos na vida de mulheres, especialmente professoras. Sexualidade não é somente ato sexual, não é somente sobre diagnósticos, e aqui não queremos determinar o que é ou não saudável sexualmente, nem qual o nível adequado de desejo, mas entender que muitas mulheres se percebem com qualidade de vida e uma vivência sexual com liberdade, prazer e satisfação, enquanto muitas outras ainda sentem na pele as amarras, o sofrimento, a coerção e a vulnerabilidade.

Quanto às limitações do estudo, nós sabemos que há muito além de sexualidade do que aquilo que é quantificável. Espera-se, desse modo, que as discussões aqui apresentadas sejam um norte para que a literatura contribua cada vez mais para a libertação de mulheres, sua sexualidade e seus corpos.

Essas discussões são importantes pois, muitas mulheres sofrem essas vulnerabilidades sem a consciência sobre o tema, e talvez poderiam nunca buscar ajudas diversas sem o conhecimento adequado, afetando sua autoestima e qualidade de vida em geral (Rodrigues, Oliveira e Silva, 2023).

Nesse cenário, Almeida (2019) salienta que as mulheres que não falam abertamente sobre sua sexualidade ainda hoje, pelo menos não em público, são consideradas socialmente corretas, e aquelas que fogem a este padrão imposto são muitas vezes exploradas pelos meios de comunicação. Além disso, para a autora, falar sobre sexualidade é entender que existem gostos e necessidades diferentes, que dependem a intersubjetividade das pessoas, do que gera prazer para cada uma delas, do que é ou não aceitável para si.

Tanto na área da educação como na saúde, é fundamental ampliar espaços de compartilhamento de vivências, educação sexual, investir em recursos para garantir direitos sexuais e promover mais equidade, respeitando a diversidade e prevenindo riscos, violências e agravos, bem como englobando a atenção e promoção à saúde, com políticas públicas efetivas. Os profissionais precisam de capacitação e consciência crítica sobre o tema, uma vez que reproduzem por vezes os próprios preconceitos; todo/a/e professor/a/e já foi e é aprendiz, lidando com a educação sexual dos próprios estudantes em uma realidade de escassez do

assunto no seu próprio desenvolvimento, tendo em vista as barreiras em seu passado e presente (Campos; Miranda, 2022; Justino et al, 2021).

Tendo a universidade um papel significativo na promoção de saúde de seus estudantes, criando condições para aprendizagem e vivências mais saudáveis, a saúde sexual e reprodutiva também deve ser contemplada (Santos; Ferreira; Ferreira, 2022; Silva; Brito, 2014).

7 CONCLUSÕES

As tecituras sociais sobre os corpos e a sexualidade feminina envolvem relações de poder, visto que em muitas sociedades essas dinâmicas englobam normas morais, religiosas e científicas. A forma como enxergamos a sexualidade feminina tem efeitos culturais e, é por isso que também esperamos um horizonte de mudanças. Mudanças estas que já são visíveis em nosso percurso histórico da sociedade e do feminismo, que continuam se fazendo com muita luta e resistência.

A sexualidade feminina não é uma só. Somos plurais. A interseccionalidade é fundamental para localizar essa discussão também nos marcadores de gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, deficiência, nacionalidade, dentre outros, não universalizando as experiências ou invisibilizando-as, uma vez que os sistemas de desigualdades estão em constante interação.

Em nossa relação com o meio, aprendemos através dos discursos o que é sexualidade e como devemos vivenciá-la, e isso implica uma multiplicidade de perspectivas. É cômico que a história dos corpos femininos envolve o controle do prazer sexual, moralidade, mitos, tabus e violências que impactam a saúde das mulheres e a forma como estas vivenciam sua sexualidade, portanto, o movimento feminista se tornou essencial para a libertação sexual, construindo uma base para a sexualidade que desafia estereótipos sexistas ao fomentar métodos contraceptivos e de segurança, bem como uma relação mais saudável com o próprio corpo, consentimento e potencial de prazer.

Além disso, a sexualidade está longe de se limitar somente a esferas biológicas e reprodutivas, dessa maneira, pensar em saúde sexual envolve atravessamentos diversos. Nesta dissertação, a proposta versou sobre função sexual feminina, qualidade de vida sexual e suas relações com a educação, buscando um viés de desconstrução sobre esses aspectos.

Desse modo, destaca-se que muitas pesquisas acerca da função sexual ainda seguem reforçando representações tradicionais e naturalizantes, com estereótipos de gênero desconectados da leitura social. Muitos são os avanços nesse campo de pesquisa, com novos modelos de reposta sexual e interlocuções com esferas diversas da sexualidade. Ainda, ressalta-se que é válido dialogar com perspectivas diagnósticas, compreendendo quando as chamadas "disfunções sexuais" apresentam sofrimento na vida de mulheres que têm dificuldade em responder sexualmente ou experimentar prazer sexual, bem como intervindo para o seu bem-estar, contudo, é preciso ter sempre cuidado em como os diagnósticos desses transtornos são utilizados, e que lógica eles atendem, para não os deslocar da realidade social.

Assim sendo, o debate entre normal e patológico é profundo e complexo, sendo primordial não deslizar na reprodução tradicional do saber médico e científico, que por tempos produziu e produz saberes articulados com o controle, a vigilância e a norma, patologizando identidades, invisibilizando dissidências e mantendo a sua submissão. É preciso seguir lutando para a superação dessas concepções e, por isso, o nosso intuito aqui não é apontar patologia ou medicalizar comportamentos, mas apontar que instrumentos como os utilizados aqui podem e devem ser direcionados a conhecer a nossa relação com a sexualidade enquanto indicativo social, contribuindo então para nosso cenário teórico e prático. Existem vulnerabilidades, mas muitas potencialidades também.

Logo, é urgente discutir e ampliar a qualidade de vida sexual das mulheres, entendendo que esta se relaciona com a qualidade de vida no geral, abarcando nossas expressões de desejos, satisfação e função sexual, em perspectiva integral do corpo, em esferas físicas, emocionais e sociais. Infelizmente, essa qualidade é afetada pelas inúmeras formas de controle discutidas acima, envoltas também no ideal do cisheteropatriarcado.

Para isto, a pesquisa se propôs a analisar a função sexual e a qualidade de vida sexual de professoras universitárias, compreendendo que as representações que circundam as mulheres na docência e visando ampliar a discussão de sexualidade na educação. Os resultados do presente estudo apontaram que, em questão dos dados sociodemográficos, o perfil das professoras englobou idade entre 24 a 65 anos, onde 55,6% se autodeclararam brancas, 95,6% cisgênero e 84,4% heterossexuais, além disso, 55,5% era cristã e 88,9% estavam em um relacionamento.

Ademais, acerca da função sexual, as participantes apresentam uma experiência sexual variada, mas predominantemente positiva. No aspecto da função sexual, o domínio “desejo e interesse sexual” revelou tanto a presença de uma sexualidade ativa e engajada como dificuldades para se conectar com o desejo sexual. Para um número considerável de mulheres, o pensamento sexual não é uma constante, e muitas não conseguem se envolver na relação sem se distrair, o que pode refletir variabilidade no interesse sexual ao longo do tempo ou em diferentes contextos da vida, assim como indica dificuldades interligadas com fatores biológicos, psicológicos e sociais. Contudo, para a maioria delas, o interesse por sexo é suficiente para se envolverem em relações com vontade, o que aponta para desvios e rupturas históricas e culturais da sexualidade feminina, onde cada vez mais mulheres têm valorizado o próprio prazer sexual. Similarmente, esses dados sugerem que, apesar de muitas mulheres manterem uma sexualidade ativa e interessada, ainda existem desafios a serem enfrentados no

que diz respeito ao desejo e à plena participação na relação sexual, visto que papéis sexistas e crenças conservadoras ainda têm forte influência.

A maioria relatou uma disposição considerável para participar de relações sexuais, evidenciando uma conexão emocional e física significativa com as parcerias. As preliminares, como carícias e beijos, se mostraram um fator relevante para o estímulo sexual, e a sintonia durante a relação também foi destacada, com várias participantes relatando satisfação e a capacidade de atingir níveis de excitação. Além disso, o conforto físico foi bem avaliado, com a maioria das participantes se sentindo confortáveis durante o ato sexual. É importante destacar que 75,56% das participantes obtiveram um escore classificado como regular a bom, e 20% obtiveram escore desfavorável a regular, o que também indica os atravessamentos integrais discutidos até aqui.

Quanto à qualidade da vida sexual, 91,11% obtiveram escores indicativos de boa qualidade e, os resultados indicam que, de maneira geral, as professoras participantes apresentaram uma visão positiva sobre sua vida sexual e relacional, destacando-se pela satisfação consigo mesmas e pela boa comunicação com suas parcerias. Contudo, um grupo expressivo de mulheres também vivencia frustrações, culpas, vergonha e ansiedade em relação à sua sexualidade, levantando que esferas de saúde mental e sexual merecem a nossa atenção. A preocupação com o futuro da vida sexual e com a possibilidade de magoar a parceria se manifesta em algumas participantes, o que sugere que, apesar da satisfação geral, muitas ainda enfrentam dificuldades, tornando-se visível a necessidade de espaços de reflexão e apoio sobre os impactos emocionais e psicosssexuais na vida sexual das mulheres.

Nesse sentido, os resultados apontam a relevância da educação sexual. Os sentidos produzidos nos espaços educacionais têm efeitos sobre nossos corpos e na forma como experimentamos nossa sexualidade, inclusive como educadores. Reconhecer esses movimentos é viabilizar um caminho de desconstrução própria, que nos ajuda a ser agente de transformação das práticas cotidianas, subvertendo arranjos tradicionais em busca de uma educação sexual que fomenta perspectivas saudáveis sobre sexualidade, liberdade, responsabilidade e informação, contemplando assim a emancipação, em resistência aos discursos hegemônicos e normativos que ferem, inibem e reprimem nossos desejos. Transgredir é caminho.

E por falar em caminho, debruçar-se sobre os resultados de uma pesquisa é também revisitar memórias do caminhar, que foi extremamente significativo para meu crescimento enquanto pessoa, profissional e pesquisadora. Existiu muito acolhimento e parceria nesse trajeto, seja da turma, professores e agentes fundamentais para que a pesquisa acontecesse, contudo, também existiram limitações e dificuldades, como os impasses que ainda circulam em

tabus sobre sexualidade na universidade, onde as inibições afetam as respostas em pesquisas. Assim, a atual pesquisa aponta a necessidade de práticas mais abrangentes e inclusivas para fornecer suporte educativo em sexualidade, considerando tanto vivências positivas quanto os desafios que as mulheres enfrentam. A diversidade nas experiências relatadas destaca a importância de políticas públicas de saúde sexual e educação sexual que não apenas incentivem o prazer e a saúde sexual, mas também abordem as dificuldades emocionais e psicosssexuais que muitas mulheres enfrentam.

Isso implica na criação de espaços para discutir e desmistificar o desejo, a relação com o próprio corpo e a intimidade, considerando o impacto das desigualdades de gênero, raça e classe, e ampliando o conhecimento sobre diversidades, seja no campo da orientação sexual, como nas formas de relacionar-se, em ótica de liberdade. Além disso, é notório que a maneira como as professoras vivenciam a própria sexualidade influencia como abordam o tema, direta ou indiretamente, com suas alunas, uma vez que a consciência crítica promove um ambiente de aprendizado mais inclusivo, reduzindo chances de reproduzir estigmas e tabus internalizados.

A formação continuada em educação sexual é, portanto, primordial. É por meio da emancipação e do empoderamento social das educadoras, em uma educação sexual crítica e inclusiva, que será possível seguir transformando a vivência da sexualidade de mulheres e meninas, criando um futuro com menos violências e repressões, onde a liberdade e o respeito ao corpo e ao desejo sejam verdadeiramente vividos.

REFERÊNCIAS

- ABDO, C. H. N. Considerações a respeito do ciclo de resposta sexual da mulher: uma nova proposta de entendimento. *Diagn Tratamento*, v. 15, n. 2, p. 88-90, 2010.
- ABDO, C.H.N. Quociente sexual feminino: um questionário brasileiro para avaliar a atividade sexual da mulher. *Diagn Tratamento*, v. 14, n. 2, p. 89-91, 2009.
- ABDO, C. H. N. et al. Perfil sexual da população brasileira: resultados do Estudo do Comportamento Sexual (ECOS) do Brasileiro. *Revista Brasileira de Medicina*, v. 59, n. 4, p. 250-257, 2002.
- ALMEIDA, M. P. Se toca: podcast sobre o tabu da sexualidade feminina. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Jornalismo) — Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- ALVES, B. P. Avaliação da função sexual em mulheres universitárias: conhecer para promover saúde. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Fisioterapia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2021.
- Alves, Natália. "Feminicídio: o ciclo da violência contra a mulher no Cariri". *Jornal do Cariri*, 7 de março de 2023. Disponível em: <https://jornaldocariri.com.br/feminicidio-o-ciclo-da-violencia-contra-a-mulher-no-cariri/>. Acesso em: 03.fev.2025
- American Psychiatric Association (APA). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders: DSM-5*. (5. ed), Washington, DC, Associação Psiquiátrica Americana, 2022.
- American Psychiatric Association (APA). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, Fifth Edition (DSM-5-TR), Washington, DC, Associação Psiquiátrica Americana, 2022.
- ANDRADE, L. J. O.; MARTINS, A. K. L. Violência e suas implicações no campo da saúde mental das mulheres: uma revisão integrativa da literatura no âmbito da Psicologia. *Revista Ciências Humanas*, v. 16, n. 1, 2023.
- ANTONELI, P. P. Medicalização da sexualidade: algumas reflexões sobre o manual diagnóstico de transtornos mentais - (DSM) e gênero. *Revista de Estudos Universitários-REU*, v. 39, n. 1, 2013.
- ARAÚJO, K. D. R. O discurso sobre a sexualidade feminina: subjetividades e identidades em construção. *Dissertação* (Letras e Artes) - Universidade Estadual do Amazonas. Manaus, 2018.
- BASSON, R. Women's sexual function and dysfunction: current uncertainties, future directions. *International Journal of Impotence Research*, v. 20, p. 466-478, 2008.

BASTOS, J. L. D.; DUQUIA, R. P. Um dos delineamentos mais empregados em epidemiologia: estudo transversal. *Scientia Medica*, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 229-232, 2007.

BATISTA, M. D. R.; WEICH, N. A.; DE CASTRO, D. Disfunções Sexuais Femininas. *Salão do Conhecimento*, v. 7, n. 7, 2021.

BRAGA, C. M. et al. Revisando modelos da resposta sexual humana à luz das evidências científicas. IN: CATELAN, R. F; SARDINHA, A. *Manual de gênero e sexualidade na psicoterapia: fundamentos teóricos e intervenções clínicas*. Sinopsys Editora, Novo Hamburgo: 2023, p. 47-70.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, G. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão da Identidade*. - Col. Sujeito & História - 11ª Ed. 2016.

CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: CARRARA, S. et al. (Org.). *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321.

CARVALHO, S. I. N. *Disfunções sexuais femininas*. 2014.

CARVALHO, A.; SARDINHA, A. *Terapia cognitiva sexual: uma proposta integrativa na psicoterapia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora Cognitiva, 2017.

CATELAN, R. F.; PAVELTCHUK, F. O. Efeitos do preconceito e do estresse de minoria na saúde mental de minorias sexuais e de gênero. IN: CATELAN, R. F; SARDINHA, A. *Manual de gênero e sexualidade na psicoterapia: fundamentos teóricos e intervenções clínicas*. Sinopsys Editora, Novo Hamburgo: 2023, p. 71-85.

CEARÁ. Decreto nº 18.136, de 16 de setembro de 1986. Aprova o Estatuto da Universidade Regional do Cariri – URCA. Governo do Estado do Ceará, 16 de setembro de 1986.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, p. 5-15, 2003.

COSTA, I. P. et al. Quality of life of elderly people and its association with work. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 39, 2018.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. routledge, 1990.

CORREIA, L. S. et al. Função sexual e qualidade de vida de mulheres: um estudo observacional. *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, v. 32, n. 6, p. 405-409, 2016.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Discrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Practice, University of Chicago Legal Forum, 89, 1989, p. 139–167.

CRUZ, T. B.; ARAÚJO, I. M. Gênero, educação e diferenças no cotidiano escolar: olhares docentes. In: ARAÚJO, I. M.; SILVA, A. E. O. (Orgs.). *Gênero, sexualidades e diferenças: tensionamentos interseccionais no campo da educação*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 13-36.

CZAPLA, P. Sexualidade e governo: a produção do perverso pelos discursos médicos. *Revista Aedos*, v. 12, n. 26, p. 367-393, 2020.

DANTAS, J. H. et al. Sexual function and functioning of women in reproductive age. *Fisioterapia em Movimento*, v. 33, 2020.

DAVIDSON, J.; DARLING, C.; NORTON, L. Religiosity and the sexuality of women: sexual behaviour and sexual satisfaction revisited. *J Sex Res*, v. 32, n. 3, 1995.

DELGADO, B. P. Lecionar ou cuidar: a docência ainda é um lugar de desejo para a mulher contemporânea?. 2023. 38 f. Monografia (Graduação em Artes Cênicas) - Instituto de Filosofia, Arte e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

DE OLIVEIRA, E. L. História da sexualidade feminina no Brasil: entre tabus, mitos e verdades. *Revista Ártemis*, v. 26, n. 1, p. 303-314, 2018.

DEPIERI, L.; GROSSI, F.; FINOTELLI JR, I. A percepção de mulheres sobre a sexualidade feminina: bem-estar sexual e indicadores socioculturais. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 27, n. 1, 2016.

DUARTE, A. J. O. Religião e comportamento sexual: concepções cristãs sobre sexualidade. *Revista Relegens Thréskeia*, v. 6, n. 1, p. 74-98, 2017.

DE SEGURANÇA PÚBLICA, Anuário Brasileiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2022.

DEL PRIORE, M. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. 2011.

FERREIRA, E. M.; TEIXEIRA, K. M. D.; FERREIRA, M. A. M. Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior. *Revista Katálisis*, v. 25, n. 2, p. 303-315, 2022.

FLEURY, H. J.; ABDO, C. H. N. Sexualidade da mulher idosa. *Diagnóstico e Tratamento*, v. 20, n. 3, p. 117-120, 2015.

FLEURY, H. As novas abordagens e teorias sobre a resposta sexual feminina. *Arq H Ellis*, v. 1, n. 1, 2004.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*, trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

FOURCROY, J. L. Customs, culture, and tradition: what role do they play in a woman's sexuality? *J Sex Med.*, v. 3, n. 6, 2006, p. 954-9.

FREIRE, P. Apresentação. In: RIBEIRO, Marcos (Org.) *Educação Sexual: Novas Idéias, Novas Conquistas*. Editora: Rosa dos Tempos, 1993.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FURLANI, J. *Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual*. 2009.

GALEANO, E. *As Palavras Andantes*. Trad. Eric Nepomuceno. São Paulo: L&PM, 1994.

GARCIA, C. F. M; RIBEIRO, C. J.; DE MADEIRO, R. T. Solidão e amor: é possível amar uma mulher negra?. *Revista Em Favor de Igualdade Racial*, v. 8, n. 1, p. 28-39, 2025.

GIAMI, A. Permanência das representações do gênero em sexologia: as inovações científica e médica comprometidas pelos estereótipos de gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 17, p. 301-320, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/b4fQ3gzHxSdj87NN7tmVFpt/?lang=pt>.

GORDIS, L. *Epidemiology*. Philadelphia: Elsevier Saunders, 2004.

GUIMARÃES, J. S. "As meninas hoje tão muito soltas": os discursos institucionais que fundamentam o processo de regulação moral. *Pro-posições*, São Paulo, v. 30, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v30/1980-6248-pp-30-e20170105.pdf>.

HALBE, H. W. *Tratado de ginecologia*. 3. ed. São Paulo: Roca, 2000.

HARTMANN, U. et al. Female sexual desire disorders: subtypes, classification, personlaity factors and new directions for treatment. *World J Urol.*, v. 20, n. 1, p. 79-88, 2002.

HIBOU, pesquisas e insights. Prazer feminino, 2023.

HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* [recurso eletrônico]; tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, B. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

HOOKS, B. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 1, p. 464, 1995.

IBGE. Distribuição percentual da população por religião. Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000009352506122012255229285110.pdf>.

JUNIOR, A. P. L. O estado da arte sobre o racismo religioso estrutural na educação: dissertações de programas de pós-graduação em Ciência da Religião no Brasil. In: IX CONGRESSO ANPTECRE A RELIGIÃO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE: CONCEITOS, RELAÇÕES E PERSPECTIVAS, 2023, Campinas. *Anais...* PUC Campinas, v. 9, p. 40-47, 2023.

JUSTINO, G. B. S. et al. Educação sexual e reprodutiva no puerpério: questões de gênero e atenção à saúde das mulheres no contexto da Atenção Primária à Saúde. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 25, 2021.

KAMMERER-DOAK, D.; ROGERS, R. G. Female sexual function and dysfunction. *Obstetrics and Gynecology Clinics of North America*, v. 35, n. 2, p. 169-183, 2008.

KAPLAN, H. S. Hypoactive sexual desire. *J Sex Marital Ther*, v. 3, n. 1, 1977.

KNUDSEN, S. Intersectionality: a theoretical inspiration in the analysis of minority cultures and identities in textbooks. In: BRUILLARD, E. et al. (Ed.). *Caught in the web or lost in the textbook?* Caen: Iartem, 2006. p. 61-76.

LARA, L. A. S. et al. Tratamento das disfunções sexuais no consultório do ginecologista. *Femina*, v. 47, n. 2, p. 66-74, 2019.

LÊ BRETON, David, 1953- *A sociologia do corpo* / David Lê Breton; 2. ed. tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LORDE, A. *Sister outsider: Essays & Speeches* by Audre Lorde. Berkeley: Crossing Press, 2007.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: vozes, 2010.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica, 2018.

LUCENA, B. B. *Fatores cognitivos na função sexual: adaptação transcultural e estudo psicométrico de instrumentos de medida em sexualidade*. São Paulo, 2018. Tese (doutorado) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Programa de Psiquiatria.

MAIA, G. F. M.; ADELMAN, M. Scientia sexualis e a construção discursiva de uma verdade clínica sobre a bissexualidade. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 12* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2021.

MASTERS, W. H.; JOHNSON, V. E. *Human sexual response*. Boston: Lippincott Williams & Wilkins; 1966.

MENICONI, F. C.; DA SILVA FEITOSA, D.; SILVA, S. B. A produção acadêmica de mães, professoras universitárias, em tempos de pandemia: diálogos acerca da ideologia da maternidade e da divisão sexual do trabalho. *UniLetras*, v. 44, p. 1-19, 2022.

MENDONÇA, C. R. et al. Função sexual feminina: aspectos normais e patológicos, prevalência no Brasil, diagnóstico e tratamento. *Femina*, v. 40, n. 4, 2012.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & saúde coletiva*, v. 5, p. 7-18, 2000.

MIRANDA, J. C.; DO COUTO CAMPOS, I. Educação sexual nas escolas: uma necessidade urgente. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 12, n. 34, p. 108-126, 2022.

NASCIMENTO, J. Professoras negras no Ensino Superior no Amazonas: um olhar interseccional. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2023.

NASCIMENTO, L. Transfeminismo. Editora Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, A. M. R. O lugar das professoras negras na Universidade Federal de Santa Catarina. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11&13th Women's World Congress*. Anais [...]. Florianópolis, 2017.

OBANDO, J. M Educação sexual: o papel da escola na prevenção da violência sexual contra as mulheres. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, 2021.

Observatório da Violência no Cariri/URCA. Violência contra mulher no cariri. Disponível em: <https://www.esp.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/78/2019/05/Caderno-Viol%C3%Aancia-Contra-a-Mulher-Digital.pdf>. Acesso em: 03.fev.2025

OLIVEIRA, B. A.; CARNEIRO, D. S. Território marcado violação dos direitos humanos: Análise da violência contra mulher no Cariri Cearense. 2022.

OLIVEIRA, E. B. C. et al. Sexualidade e autoestima entre mulheres idosas. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 23, n. 4, p. e12353-e12353, 2023.

OLIVEIRA, L. A sexualidade feminina no Brasil: controle do corpo, vergonha e má-reputação. *Revista Direito e Sexualidade*, v. 1, n. 2, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL). In: ORLEY, J.; KUYKEN, W. *Quality of life assessment: international perspectives*. Heidelberg: Springer Verlag, 1994. p. 41-60.

PANAHI, R.; et al. The effect of women's sexual functioning on quality of their sexual life. *JPrev Med Hyg*, v. 62, p. E776-E781, 2021.

PELÚCIO, L. Desfazendo o gênero. IN: MISKOLCI, R.; LEITE JÚNIOR, J. (Org.). *Aprendendo com as diferenças*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 101-151.

PEREIRA, A. S. *Adaptação transcultural e evidências de validade de dois instrumentos para avaliação da sexualidade da mulher brasileira*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPGSI, 110 f. 2021.

PEREIRA, A.S.; SOUZA, W.F. Adaptação transcultural e validade do Questionnaire on Sexual Quality of Life – Female (SQoL-F) para o Brasil. *J Bras Psiquiatr.*, v. 71, n. 3, p. 168-175, 2022.

PEREIRA, E. V. et al. Fatores associados à função sexual de gestantes: Estudo Transversal. *Revista de Atenção à Saúde*, v. 20, n. 72, 2022.

PRADO, D. S.; MOTA, V. P. L. P.; LIMA, T. I. A. Prevalência de disfunção sexual em dois grupos de mulheres de diferentes níveis socioeconômicos. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, v. 32, p. 139-143, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO. s/d. Dados do município. Disponível em: <https://crato.ce.gov.br/omunicipio.php>. Acesso em: 31 agosto 2023.

QUIRINO, G. S. *Sexualidade e educação sexual: prática docente em uma escola pública de Juazeiro do Norte-CE*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria. 117 p.

RANGEL, F. S.; DELCARRO, J. C. S.; OLIVEIRA, L. G. *Como se faz? Guia didático*. Espírito Santo: Educimat, 2019.

REIS, T. D. Trabalho docente, saúde e gênero: um estudo em uma unidade acadêmica de uma universidade federal. 2020. 138 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ROSA, E. B. P. R. Cisheteronormatividade como instituição total. *PET de Filosofia UFPR*, v. 18, n. 2, 2020.

REICH, W. A função do orgasmo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

RIBEIRO, L. P.; D'ÁVILA, I. C. F. Vivência (s) docente (s) de mulheres lésbicas e bissexuais no ensino superior privado de Belo Horizonte. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 9, n. 1, p. 76-96, 2023.

RODRIGUES, C. N. C. et al. Influência do desejo sexual na função sexual em mulheres com dispareunia. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 4, p. 34671-34682, 2021.

RODRIGUES, C. F. C. et al. Atividade sexual, satisfação e qualidade de vida em pessoas idosas. *Revista eletrônica de enfermagem*, v. 21, p. 57337 1-9, 2019.

RODRIGUES, L. F.; OLIVEIRA, P. L.; SILVA, L. B. Efeitos psicológicos do orgasmo na vida da mulher. *Revista Fimca*, v. 10, n. 3, p. 46-50, 2023.

RODRIGUES, R. D.; DOS SANTOS PEREIRA, M. G. Subjetividade em debate: religiões brasileiras e comunidade LGBTQIA+ sob o olhar sócio-histórico. *Journal of Social Issues and Health Sciences*, Teresina, v. 1., n. 7, p. 1-19, 2024.

SALVADOR, N. R. C.; FRANCO, N. Pessoas trans e educação: revisão sistematizada da literatura (2014-2018). *Revista Periódicus*, v. 1, n. 17, p. 93-117, 2022.

SANTOS, M. J. O.; FERREIRA, M. M. C.; FERREIRA, E. M. S. Comportamentos de risco para a saúde sexual e reprodutiva: percepções dos estudantes do ensino superior. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 75, p. e20210712, 2022.

SECULT CRATO; URCA. Cartografia Cultural, 2016. Apresentação. Disponível em: <https://cartografiacultura.wixsite.com/cartografiacultura/apresentacao>. Acesso em: 31 agosto 2023.

SILVA, A.; BRITO, I.; PEDROSO, R. Instituições de ensino superior promotoras de saúde. Saúde dos estudantes do ensino superior de enfermagem: estudo de contexto na Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. Série Monográfica Educação e Investigação em Saúde, v. 12, p. 17-31, 2014.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. (2000). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, 118p.

SILVA, J. V.; FERREIRA, I. R. A.; DAL'IGNA, M. C. Produção acadêmica educacional sobre docentes lésbicas e trans: regulação e queerização. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, v. 32, n. 72, p. 189-203, 2023.

SILVA, N. T.; DAMASCENO, S. O. Avaliação da satisfação sexual em universitárias. In: *Colloquium Vitae*. ISSN: 1984-6436. 2019. p. 1-6.

SILVA, T. O. “Mártir da pureza, heroína da castidade”: a construção da santidade de Benigna Cardoso em Santana do Cariri/CE-(1941-2022). 2023. 197 f. Dissertação(Programa de Pós-graduação em História/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

SILVA, V. L. et al. Quality of life, integrative community therapy, family support, and satisfaction with health services among elderly adults with and without symptoms of depression. *Psychiatric Quarterly*, v. 88, n. 2, p. 359-369, 2017.

SIMÕES, P. C.; BOTH, T. S.. A metamorfose da intimidade e da sexualidade em casamentos longevos. *Revista de Psicologia da IMED*, v. 5, n. 1, p. 17-22, 2013.

SOUSA, F. R. Resistir para existir: aportes freireanos para uma educação sexual transgressora e emancipadora. *Praxis educativa*, v. 16, 2021.

SOUZA, J. A. R. et al. Fatores influenciadores da sexualidade em mulheres idosas. *Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem*, v. 12, n. 38, p. 247-256, 2022.

TEIXEIRA, K. K. R.; SOUZA, M. C. R. F.; NETTO, C. M. Ensino superior e gênero: relação com o saber como perspectiva teórica. In: *Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*, 22 a 24 de setembro. Anais, v. XVI, n. 9, 2021.

Universidade Regional do Cariri. URCA, 2023. A URCA. Disponível em: <http://www.urca.br/portal2/a-urca/>. Acesso em: 31 agosto 2023.

Universidade Regional do Cariri. URCA, 2023. Histórico. Disponível em: <http://www.urca.br/portal2/historico/>. Acesso em: 31 agosto 2023.

Universidade Regional do Cariri. URCA, 2020. Manual Acadêmico. Disponível em: <http://www.urca.br/portal2/wp-content/uploads/2021/11/Manual-Academico-2020.pdf>. Acesso em: 31 agosto 2023.

VITIELLO, N.; RODRIGUES JR. O. M. *As bases anatômicas e funcionais do exercício da sexualidade*. São Paulo: Iglu; 1997.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. *O corpo educado*, v. 2, 1998, p. 35-82.

WOLPE, R. E. et al. Prevalence of female sexual dysfunction in Brazil: A systematic review. *European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology*, v. 211, p. 26-32, 2017.

WOLTERS, J, P.; HELLSTROM, W. J. Current concepts in ejaculatory dysfunction. *Rev Urol*, v. 8, p. 18-25, 2006.

APÊNDICE A
Caracterização sociodemográfica

Iniciais do nome:

Código de identificação:

Idade (em anos):

Cor da pele (autodeclarada): () Preta () Parda () Branca () Amarela () Indígena

Escolaridade: () Sem escolaridade () Ensino fundamental () Ensino médio () Ensino superior

Estado civil: () Solteira () União estável () Casada () Divorciada () Viúva

Religião:

Ocupação:

Renda mensal (em salários-mínimos):

Orientação sexual: () Heterossexual () Bissexual () Homossexual

Tempo de relacionamento conjugal (em anos):

Número de intercurso sexual por semana:

Faz uso de medicamento: () Sim () Não

Departamento:

Carga horária de trabalho:

APÊNDICE B



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Glauberto da Silva Quirino, estou realizando uma pesquisa intitulada “Função sexual e qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias”, que tem como objetivo geral: analisar a função sexual e qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias e objetivos específicos: caracterizar o perfil sociodemográfico de professoras e estudantes universitárias, avaliar a função sexual de professoras e estudantes universitárias, avaliar a qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias e correlacionar o perfil sociodemográfico e a função sexual com a qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias. Para isso, estamos desenvolvendo um estudo que consta das seguintes etapas: A pesquisa seguirá a partir do uso de três instrumentos onde serão realizadas as coletas de dados. O primeiro apresentará informações sociodemográficas: idade, cor da pele, localidade, escolaridade, estado civil, religião, ocupação, renda mensal, orientação sexual, identidade de gênero, tempo de relacionamento, número de intercurso sexual por semana, uso de medicamento, departamento/curso e carga horária de trabalho. Em se tratando do segundo, corresponde ao Quociente Sexual - Versão Feminina (QS-F), que busca avaliar a qualidade da função sexual de mulheres, considerando etapas da resposta sexual e outras questões relacionadas. O terceiro instrumento será o *Questionnaire on Sexual Quality of Life - Female (SQoL-F)* que se propõe realizar uma avaliação acerca de como as disfunções sexuais femininas impactam na qualidade de vida sexual das mulheres.

Por essa razão, a sra. está sendo convidada a participar dessa pesquisa. Sua participação consistirá em responder os questionários supracitados que buscam avaliar a função sexual e qualidade de vida sexual. O(s) procedimento(s) utilizado(s) serão possíveis através do preenchimento dos questionários que serão disponibilizados por meio da plataforma *Google Forms* (online). A participação na pesquisa pode gerar riscos mínimos que incluem constrangimento no momento de responder aos questionários e incômodo ao responder a quantidade de perguntas presentes no questionário. Os riscos foram minimizados optando-se pelo autopreenchimento dos questionários de forma online. Você possui o direito de recusar-se a participar da pesquisa.

Nos casos em que os procedimentos utilizados no estudo tragam algum desconforto ou sejam detectadas alterações que necessitem de assistência imediata ou tardia, eu, Glauberto da Silva Quirino serei o responsável pelo encaminhamento junto ao Núcleo Interdisciplinar de Apoio Psicopedagógico da Urca, bem como aos serviços públicos de referência a depender da demanda identificada.

Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de gerar informações relevantes aos profissionais da educação e a sociedade, de modo a refletir sobre questões que envolvam função sexual e qualidade de vida sexual de mulheres. A pesquisa possibilitará o desenvolvimento de um guia pedagógico que sirva como referência para educação sexual de mulheres. De maneira indireta, as participantes contribuirão com dados relevantes, para construção desse conhecimento científico.

Todas as informações que a sra. nos *fornecer* serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas, dados pessoais, questionários, etc. coletadas serão confidenciais e o seu nome não aparecerá nos instrumentos e nem quando os resultados forem apresentados. É compromisso do pesquisador responsável a manutenção do banco de dados em arquivo sigiloso, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade por um período mínimo de 5 (cinco) anos. Após o término desse prazo o arquivo ou documentos serão destruídos/inutilizados.

Sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso aceite participar, não receberá nenhuma compensação financeira. Também não sofrerá qualquer prejuízo se não aceitar ou se desistir após ter iniciado a pesquisa. No entanto, garantimos que caso haja alguma despesa decorrente da sua



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



participação na pesquisa, a sra. será ressarcida. Havendo algum dano eventual decorrente da pesquisa, a sra. terá direito a solicitar indenização de acordo com a legislação brasileira.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados, pode procurar Glauberto da Silva Quirino através do e-mail: glauberto.quirino@urca.br e telefone (88) 98886-58-10, em dias comerciais e nos seguintes horários: das 08:00h às 18:00h.

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Regional do Cariri, em horário comercial, localizado à Rua Coronel Antônio Luiz, 1068, Campus Pimenta, CEP 63.105-000, telefone (88) 3102.1291, Crato/CE.

Se a sra. estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o consentimento pós-esclarecido que se segue e receberá uma cópia deste Termo.

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, eu _____

declaro que, após leitura minuciosa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores.

Ciente dos serviços e procedimentos aos quais serei submetido/a e não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO para participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assino o presente termo.

Cidade, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

OU



Impressão dactiloscópica

Assinatura do Pesquisador

ANEXO A

Quociente Sexual – Versão Feminina (QS-F)

Responda esse questionário, com sinceridade, baseando-se nos últimos seis meses de sua vida sexual, considerando a seguinte pontuação: 0 – nunca 1 – raramente 2 – às vezes 3 – aproximadamente 50% das vezes 4 – a maioria das vezes 5 – sempre	
1. Você costuma pensar espontaneamente em sexo, lembra de sexo ou se imagina fazendo sexo? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5	
2. O seu interesse por sexo é suficiente para você participar da relação sexual com vontade? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5	
3. As preliminares (carícias, beijos, abraços, afagos etc.) a estimulam a continuar a relação sexual? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5	
4. Você costuma ficar lubrificada (molhada) durante a relação sexual? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5	
5. Durante a relação sexual, à medida que a excitação do seu parceiro vai aumentando, você também se sente mais estimulada para o sexo? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5	
6. Durante a relação sexual, você relaxa a vagina o suficiente para facilitar a penetração do pênis? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5	
7. Você costuma sentir dor durante a relação sexual, quando o pênis penetra em sua vagina? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5	
8. Você consegue se envolver, sem se distrair (sem perder a concentração), durante a relação sexual? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5	
9. Você consegue atingir o orgasmo (prazer máximo) nas relações sexuais que realiza? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5	
10. O grau de satisfação que você consegue com a relação sexual lhe dá vontade de fazer sexo outras vezes, em outros dias? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5	
Resultado – padrão de desempenho sexual: 82-100 pontos: <i>bom a excelente</i> 62-80 pontos: <i>regular a bom</i> 42-60 pontos: <i>desfavorável a regular</i> 22-40 pontos: <i>ruim a desfavorável</i> 0-20 pontos: <i>nulo a ruim</i>	Como somar os pontos: $2 \times (Q_1 + Q_2 + Q_3 + Q_4 + Q_5 + [5-Q_7] + Q_8 + Q_9 + Q_{10})$ (Q – questão)

Fonte: Abdo, 2009.

Houve adaptação nas seguintes questões:

6- *Considerar a penetração de forma mais ampla, em contatos diversos para além do pênis e outros locais de penetração além da vagina.*

7- *Considerar a penetração de forma mais ampla, em contatos diversos para além do pênis e outros locais de penetração além da vagina.*

ANEXO B

Questionnaire on Sexual Quality of Life – Female (SQoL-F)

Anexo – Questionário de Qualidade de Vida Sexual Feminina (QQVS-F)

Instruções: A respeito de sua vida sexual, responda às afirmações a seguir.

	Concordo completamente	Concordo em grande parte	Concordo levemente	Discordo levemente	Discordo em grande parte	Discordo completamente
1. Quando penso sobre minha vida sexual, acredito ser uma parte agradável da minha vida, no geral.*	1	2	3	4	5	6
2. Quando penso sobre minha vida sexual, sinto-me frustrada.	1	2	3	4	5	6
3. Quando penso sobre minha vida sexual, sinto-me deprimida.	1	2	3	4	5	6
4. Quando penso sobre minha vida sexual, sinto-me menos mulher.	1	2	3	4	5	6
5. Quando penso sobre minha vida sexual, sinto-me bem comigo mesma.*	1	2	3	4	5	6
6. Eu perdi a confiança em mim mesma como parceira sexual.	1	2	3	4	5	6
7. Quando penso sobre minha vida sexual, sinto-me ansiosa.	1	2	3	4	5	6
8. Quando penso sobre minha vida sexual, sinto raiva.	1	2	3	4	5	6
9. Quando penso sobre minha vida sexual, me sinto próxima da minha parceria.*	1	2	3	4	5	6
10. Eu me preocupo com o futuro da minha vida sexual.	1	2	3	4	5	6
11. Perdi o prazer na atividade sexual.	1	2	3	4	5	6
12. Quando penso sobre minha vida sexual, sinto-me envergonhada.	1	2	3	4	5	6
13. Quando penso sobre minha vida sexual, sinto que posso conversar com minha parceria sobre questões sexuais.*	1	2	3	4	5	6
14. Tento evitar atividade sexual.	1	2	3	4	5	6
15. Quando penso sobre minha vida sexual, sinto-me culpada.	1	2	3	4	5	6
16. Quando penso sobre minha vida sexual, preocupo-me que minha parceria se sinta magoado(a) ou rejeitado(a).	1	2	3	4	5	6
17. Quando penso sobre minha vida sexual, sinto como se tivesse perdido algo.	1	2	3	4	5	6
18. Quando penso sobre minha vida sexual, estou satisfeita com a frequência de atividade sexual.*	1	2	3	4	5	6

* Itens de pontuação reversa _____

Fonte: Pereira; Souza, 2022.

ANEXO C

*Parecer Consubstanciado do CEP*UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA****Título da Pesquisa:** Função sexual e qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias**Pesquisador:** Glauberto da Silva Quirino**Área Temática:****Versão:** 1**CAAE:** 79885924.3.0000.5055**Instituição Proponente:** Universidade Regional do Cariri - URCA**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio**DADOS DO PARECER****Número do Parecer:** 6.840.908**Apresentação do Projeto:**

Compreendendo a sexualidade como um fenômeno que abrange aspectos biológicos, psicológicos, históricos, sociais e culturais, em interligação com gênero, raça, classe e religião, é notório que a sexualidade feminina e os corpos das mulheres são atravessados por relações de poder, controle, moralidade e violências ao longo da história. Além disso, a educação tem um importante papel no campo da sexualidade, tendo potencial

de contribuir para um desenvolvimento mais saudável desta, com respeito, responsabilidade, conscientização e liberdade, entretanto, são poucos os estudos da área voltados à saúde sexual e qualidade de vida sexual. Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de analisar a relação da função sexual e a qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias. Enfatiza-se que se trata de um estudo transversal de abordagem quantitativa, que será desenvolvido na Universidade Regional do Cariri (URCA), no campus Pimenta, do município de Crato - Ceará, com o público de professoras e estudantes da instituição. Serão utilizados três formulários para coleta de dados: um com variáveis sociodemográficas, bem como o instrumento Quociente Sexual - Versão Feminina (QS-F) e o Questionnaire on Sexual Quality of Life - Female, seguindo todos os aspectos éticos e legais em seus procedimentos. Desse modo, espera-se que a avaliação da função sexual auxilie na compreensão da sua relação com a qualidade de vida sexual dessas mulheres, permitindo também diálogos teóricos no campo da sexualidade e educação sexual, tão pertinentes para a viabilização de práticas

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1068**Bairro:** Pimenta**UF:** CE**Município:** CRATO**Telefone:** (88)3102-1291**CEP:** 63.105-000**E-mail:** cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA



Continuação do Parecer: 6.840.908

pedagógicas que transgridam o discurso hegemônico para uma educação mais inclusiva e crítica.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral: Analisar a relação da função sexual e a qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias.

Objetivos específicos: Traçar o perfil sociodemográfico de professoras e estudantes universitárias; Avaliar a função sexual de professoras e estudantes universitárias; Avaliar a qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias; Correlacionar o perfil sociodemográfico e a função sexual com a qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias; Calcular a razão de chances de variáveis estatisticamente correlacionadas à qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos da presente pesquisa se caracterizam como mínimos de constrangimento no momento de responder aos questionários e incômodo ao responder a quantidade de perguntas, por isso, optou-se pelo autopreenchimento dos questionários de forma online. Em situações específicas onde haja a necessidade de resposta presencial, um ambiente acolhedor e seguro será proporcionado, com uma escuta atenta e livre de preconceitos. Além disso, a atual pesquisa está firme em seu compromisso de manter o sigilo das participantes durante todo o processo.

Benefícios: Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de gerar informações relevantes aos profissionais da educação e a sociedade, de modo a refletir sobre questões que envolvam função sexual e qualidade de vida sexual de mulheres. A pesquisa possibilitará o desenvolvimento de um guia pedagógico que sirva como referência para educação sexual de mulheres. De maneira indireta, as participantes contribuirão com dados relevantes, para construção desse conhecimento científico.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de dissertação relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1) Folha de rosto apresentada e adequada.
- 2) Termo de anuência apresentado e adequado.
- 3) Orçamento apresentado e adequado.

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1068

Bairro: Pimenta

UF: CE

Município: CRATO

Telefone: (88)3102-1291

CEP: 63.105-000

E-mail: cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA



Continuação do Parecer: 6.840.908

- 4) Cronograma apresentado e adequado.
- 5) Instrumento de coleta de dados apresentado e adequado.
- 6) TCLE apresentado e adequado.
- 7) Projeto apresentado.

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto sem pendências. Quando o trabalho for defendido, o pesquisador deverá enviar o relatório final ao CEP/URCA, conforme artigo 28 da Resolução 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2343237.pdf	15/05/2024 11:01:04		Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	15/05/2024 11:00:39	Glauber da Silva Quirino	Aceito
Outros	Instrumentos.pdf	14/05/2024 13:39:05	Glauber da Silva Quirino	Aceito
Outros	Anuencia.pdf	14/05/2024 13:38:44	Glauber da Silva Quirino	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14/05/2024 13:38:06	Glauber da Silva Quirino	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	14/05/2024 13:37:32	Glauber da Silva Quirino	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	14/05/2024 13:37:05	Glauber da Silva Quirino	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	14/05/2024 13:36:44	Glauber da Silva Quirino	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1068

Bairro: Pimenta

UF: CE

Município: CRATO

Telefone: (88)3102-1291

CEP: 63.105-000

E-mail: cep@urca.br

UNIVERSIDADE REGIONAL DO
CARIRI - URCA



Continuação do Parecer: 6.840.908

CRATO, 22 de Maio de 2024

Assinado por:
Célida Juliana de Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1068

Bairro: Pimenta

UF: CE **Município:** CRATO

Telefone: (88)3102-1291

CEP: 63.105-000

E-mail: cep@urca.br

ANEXO D***Carta de Anuência***

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR - SECITECE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO - PROGRAD

**ANUÊNCIA DE INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE**

Eu, Rosely Leyliane dos Santos, CPF 018.970.723-25, responsável pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) da Universidade Regional do Cariri (CNPJ 06.740.864/0001-26), situada à Rua Coronel Antônio Luiz, 1161, Pimenta – Crato, Ceará, telefone de contato (88) 31021244 e e-mail rosely.santos@urca.br, declaro, para os devidos fins, ter ciência dos objetivos e metodologia do projeto de pesquisa intitulado “Função sexual e qualidade de vida sexual de professoras e estudantes universitárias”, que será desenvolvido por Glauberto da Silva Quirino.

Na condição de instituição coparticipante desse projeto, autorizo a realização da coleta de dados a partir de três formulários: Caracterização sociodemográfica, Quociente Sexual – Versão Feminina (QS-F) e *Questionnaire on Sexual Quality of Life – Female* (SQoL-F), com professoras e estudantes universitárias do *campus* Pimenta da Universidade Regional do Cariri, mediante acordo prévio entre o pesquisador e a Pró-reitora da Universidade Regional do Cariri (Rosely Leyliane dos Santos) quanto à escolha dos dias e horários adequados para realização da coleta dos dados.

Esta autorização está condicionada à aprovação da referida pesquisa por um Comitê de Ética em Pesquisa antes do início da coleta de dados. O descumprimento desse condicionamento assegura-nos o direito de retirar esta anuência a qualquer momento da pesquisa.

Crato, 09 de maio de 2024.

Prof.ª Dra. Rosely Leyliane dos Santos
Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Universidade Regional do Cariri-URCA

Assinatura legível do responsável pela Instituição e carimbo